

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO**

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR
ADICIONADO NA DIVULGAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL**

CICERO HARNALDO MACIEL DE LIMA

FORTALEZA, 2000

**A IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NA
DIVULGAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL**

CICERO HARNALDO MACIEL DE LIMA

ORIENTADORA: JEANNE MARGUERITE M. MOREIRA

**Monografia apresentada à Coordenação
do Curso de Ciências Contábeis como
requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Ciências Contábeis da
Universidade Federal do Ceará**

**FORTALEZA – CEARÁ
2000**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na biblioteca da referida universidade.

A citação de qualquer trecho dessa monografia é permitido, desde que seja feita em conformidade das normas de ética científica.

Média

Cícero Harnaldo Maciel De Lima

Nota

Prof.(a) Jeanne Marguerite M. Moreira
Professora Orientadora

Nota

Prof.(a) Célia Maria Braga Carneiro
Membro da Banca Examinadora

Nota

Prof. Pedro Paulo Monteiro Vieira
Membro da Banca Examinadora

Monografia aprovada em: 19 / 06 / 00.

AGRADECIMENTOS

A Deus, de infinita bondade, que Vosso nome seja bendito pelos benefícios que me concedestes, seria deles indigno se os atribuisse ao acaso dos acontecimentos ou a méritos próprios;

Aos meus pais que me legaram apoio e incentivo imprescindíveis à conquista desta vitória de importância ímpar em meu caminhar;

Ao meu irmão Haroldo, que neste como noutros momentos da vida, mais do que irmão, é um amigo inseparável de tantas vicissitudes;

Ao meu avô Solário (*in memoriam*), exemplo de amizade, vida e trabalho, que embora ausente, onde quer que esteja, divide comigo essa imensa alegria;

A minha tia Maria pela acolhida e incentivo para a obtenção desta vitória;

Aos meus amigos e colegas que direta ou indiretamente contribuíram para o êxito desta conquista, o meu muito OBRIGADO;

Aos mestres e funcionários desta Universidade que fizeram parte de minha formação acadêmica, expresso a mais profunda gratidão.

E aqueles que comigo laboraram junto ao Banco do Nordeste do Brasil, mormente aqueles da Célula de Administração do FINOR, que me prestaram indispensável contribuição para transpor mais um obstáculo.

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido através de uma metodologia de técnica de pesquisa bibliográfica e documental, procurou-se mostrar a importância da Demonstração do Valor Adicionado para a divulgação do Balanço Social. Partiu-se inicialmente fazendo-se uma análise da evolução histórica do Balanço Social nos países europeus, considerados como pioneiros no desenvolvimento dessa forma de evidenciação contábil, tais como a França (teve sua divulgação obrigada pela Lei n.º 77.769 de julho de 1977), Espanha, Suécia, Bélgica, dentre outros. Não deixamos de citar a influência dos movimentos pacifistas ocorridos nos Estados Unidos na década de 70, o qual fez despertar a responsabilidade social nas empresas daquele país, proporcionando a divulgação de diversos relatórios de cunho social. Após este estudo passa-se a analisar a evolução deste demonstrativo no cenário brasileiro e como se encontra as discussões na atualidade, dado o crescente número de empresas que vêm divulgando seu Balanço Social. Fizemos um estudo sobre o art. 176 do Projeto de Reforma da Lei 6.404/76, que foi alterado passando a obrigar a divulgação da DVA. Também citamos o Projeto de Lei 32/99 (apresentado ao Congresso Nacional, pelo deputado Paulo Rocha do PT/PA, este mesmo projeto já havia sido apresentado pelas deputadas, Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, sob o Nº 3.116/97, em maio de 1997), o mesmo cria os parâmetros para a divulgação do Balanço Social e das outras providências. A partir daí passa-se a estudar a DVA, mostrando a diferença entre Lucro e Valor Adicionado, as partes formadoras da DVA, como é criado o Valor Agregado e como é a sua distribuição entre os elementos envolvidos com a dinâmica empresarial (empregados, governo, acionistas e própria empresa). Citou-se a contribuição que a DVA proporcionará para o cálculo do PIB. Por último analisou-se um caso prático de divulgação da DVA pelo Banco Nordeste do Brasil S/A empresa que iniciou pioneiramente no estado do Ceará a divulgação deste demonstrativo.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
ÍNDICE	V

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. A CIÊNCIA CONTÁBIL E SUAS ESPECIALIZAÇÕES.....	10
3. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO BALANÇO SOCIAL.....	12
3.1 Principais Movimentos Iniciadores Balanço Social.....	12
3.2 Balanço Social no Panorama Mundial.....	13
3.3 Evolução Histórica do Balanço Social no Brasil.....	15
4. A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	17
4.1 Definição.....	17
4.2 Os Usuários da Demonstração do Valor Adicionado.....	18
4.3 A Distribuição do Valor Adicionado.....	20
4.4 Demonstração do Valor Adicionado X Demonstração do Resultado.....	21
5. ATUAIS DISCUSSÕES SOBRE A DVA NO BRASIL.....	24
5.1 Projeto de Reforma da Lei 6.404/76.....	24
5.2 O Projeto de Lei 32 DE 1999.....	26
6. RELAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COM O CALCULO DO PIB.....	28
7. AS PEÇAS FORMADORAS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	30
8. CASO PRÁTICO: A DVA DO BANCO DO NORDESTE.....	34
8.1 O Banco e Suas Características.....	34
8.2 A Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado.....	35
8.3 O Balanço Social do Banco do Nordeste.....	36
9. CONCLUSÃO.....	59
10. BIBLIOGRAFIA.....	61
11. ANEXOS.....	63

*A espantosa realidade das coisas
É a minha descoberta de todos os dias.
Cada coisa é o que é,
E é difícil explicar a alguém quanto isso me alegra,
E quanto isso me basta.*

Fernando Pessoa

1. INTRODUÇÃO

No início do século XXI, chega-se a um desenvolvimento científico e tecnológico impressionante. Considerando-se o conhecimento adquirido nestes últimos anos com o passado, mentes pouco instruídas não conseguirão ter noção do impacto que a velocidade da informação propulsou para a produção de bens e serviços.

Os países abriram suas portas, entrou-se na era da globalização. As empresas passam a atuar fora das fronteiras de seus países, procurando inserir-se em outros mercados cada vez mais competitivos e exigente de produtos com alta qualidade

Diante deste quadro de mudanças, a Contabilidade como ciência propulsora de informações para a tomada de decisões por parte dos gestores dos negócios, não ficou estática.

Comparando-se os antigos guarda-livros que, até bem pouco tempo, usando de seus vários livros de escrituração contábil, levavam semanas para fornecer um relatório contábil e olhando-se os mais modernos sistemas informatizados existentes, vê-se quanto progrediu-se na última década.

Mas, todo este progresso da informação fez nascer, também, uma sociedade mais consciente da necessidade das empresas prestarem informações de cunho social, ou seja, não mais aqueles Demonstrativos Contábeis que evidenciam informações visando apenas a otimização do lucro.

O cenário atual fez com que as empresas começassem a se preocupar em dar informações dos benefícios que estão trazendo para a sociedade na qual atuam, como número de empregos, atividades voltadas para o desenvolvimento profissional e bem estar de seus empregados (treinamentos, formação profissional, segurança e medicina no trabalho, alimentação e transporte dos seus empregados, benefícios sociais, etc.), e as suas ações voltadas para minimizar os impactos ambientais.

Com a finalidade de prestar essas informações, fez nascer um novo demonstrativo contábil, voltado para atender de forma mais clara e objetiva toda a sociedade, ou seja, um instrumento de informação da empresa para a sociedade, por meio do qual deve ser explicitada a justificativa para sua existência: O Balanço Social.

E, para definir de forma mais simples, utilizou-se o conceito da deputada Marta Suplicy :
“Balanço Social é um instrumento de informação e, como tal, possibilitará a elaboração de

trabalhadores e da população. Servirá não só para a comunidade, mas para a própria empresa, que reunirá elementos de averiguação da sua situação no campo das demandas sociais e das relações trabalhistas”.

Neste trabalho procurou-se fazer um estudo sobre a origem e evolução do Balanço Social no Brasil e no mundo. Fez-se um estudo do Projeto de Lei Nº 32/99, o qual obriga as empresas divulgarem o Balanço Social. Daremos um enfoque no Projeto de Reforma da Lei 6.404/76, o qual passa a obrigar a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado, demonstrativo este, que ao nosso ver representa a principal peça do Balanço Social.

Como o assunto é muito vasto, sobre Balanço Social, procurou-se direcionar este trabalho para o estudo da Demonstração do Valor Agregado – DVA, mostrando como se elabora, sua relação com a Demonstração do Resultado do Exercício, além de mostrar a sua importância para a mensuração do Produto Interno Bruto – PIB.

Finaliza-se com a apresentação da demonstração da DVA do Banco do Nordeste, uma das empresas que iniciou, pioneiramente, no estado do Ceará, a elaboração deste demonstrativo.

2. A CIÊNCIA CONTÁBIL E SUAS ESPECIALIZAÇÕES

A Contabilidade como toda ciência teve, ao longo do tempo, a influência dos diversos fatos que marcaram o desenvolvimento da humanidade. Um exemplo claro da influência dos grandes acontecimentos econômicos para a Contabilidade foi a invenção do método das partidas dobradas que teve seu aprimoramento no final do século XIV, quando se iniciaram as grandes navegações.

Para Martins (1998: p. 19), “Até a Revolução Industrial (século XVIII), quase só existia Contabilidade Financeira (ou Geral), que, desenvolvida na Era Mercantilista, estava bem estruturada para servir as empresas comerciais.”

Com o aprimoramento do comércio na Europa, em virtude das grandes navegações, fez nascer a Contabilidade Financeira. Neste período surgiram os primeiros usuários da Contabilidade, estes eram comerciantes que estavam preocupados apenas com os registros das mercadorias advindas do lucrativo comércio. A principal preocupação dos proprietários dessas jornadas era desenvolver um sistema simples para escriturar o montante investido e o que era obtido de retorno, ou seja, a principal preocupação da época era conhecer a lucratividade.

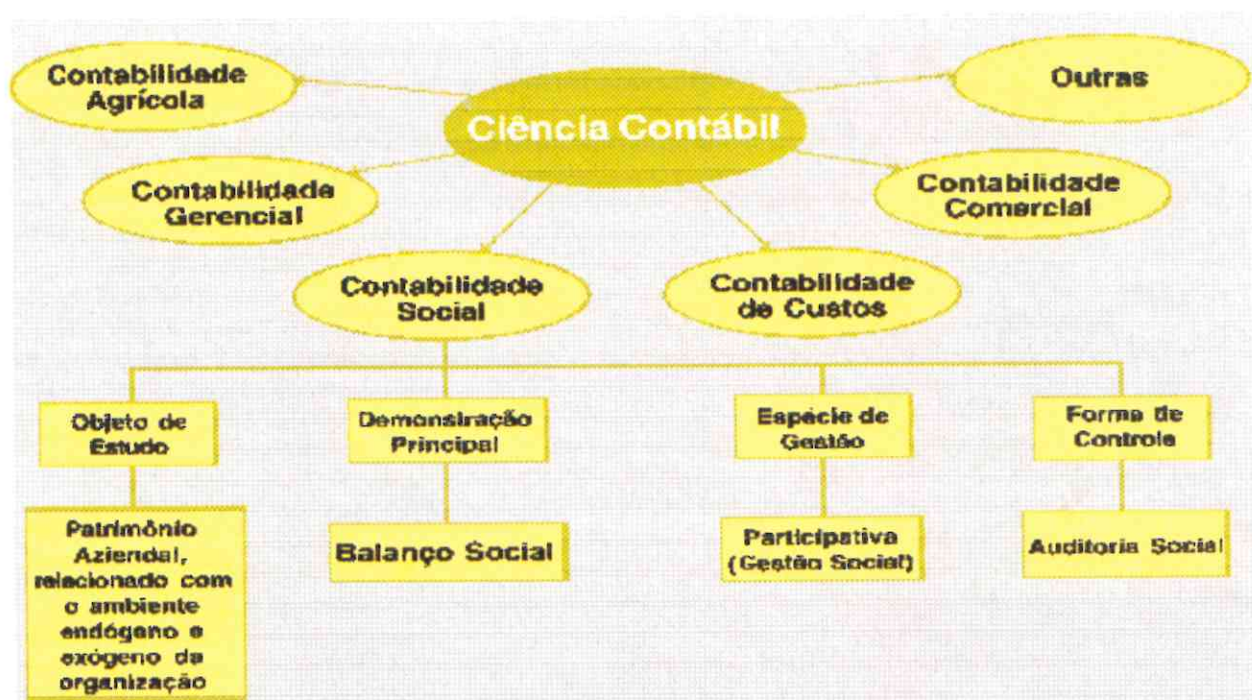
Com a acumulação de capitais surgida do lucrativo comércio, criou-se um excedente de riqueza que mais tarde, já no século XVIII, proporcionou a eclosão da Revolução Industrial. Pode-se afirmar que a mesma com suas características, como por exemplo, a intensa participação de maquinário na produção, fez nascer a necessidade de vultuosos volumes de capitais para financiar estas empresas. Com isso surgiram outros usuários da contabilidade interessados em novas informações, como os credores, os investidores, o governo, dentre outros.

“Com o advento das indústrias, tornou-se mais complexa a função do Contador que, para levantamento do balanço e apuração do resultado, não dispunha agora tão facilmente dos dados para poder atribuir valor aos estoques; o valor de compra na empresa comercial estava agora substituído por uma série de valores pagos pelos fatores de produção utilizados.”
(MARTINS, 1998, p. 20)

Com o crescimento da indústria houve um maior acirramento da concorrência entre as empresas, surgindo dessa forma novos usuários da contabilidade mais exigentes por relatórios contábeis que pudessem mensurar, de forma mais detalhada os custos dos produtos fabricados, surgindo dessa

forma a Contabilidade de Custos. Surge também nessa época a Contabilidade Gerencial, que se direciona, através de relatórios trabalhados e aprimorados, aos gestores para a tomada de decisões.

Consta-se, também, que nesse período (anos do apogeu da Revolução Industrial), surgiram novas especializações da Contabilidade, que ao longo dos anos até os nossos dias vem se modernizando e procurando abranger à crescente e complexa atividade econômica. Diante do exposto, a Ciência Contábil vem se ramificando em um variado número de especializações, como podemos perceber no quadro abaixo:



Fonte: KROETZ, César Eduardo. Revista Brasileira de Contabilidade, set/out/1999, p. 45

O diagrama acima nos mostra, de forma sucinta, a variada gama de especializações da Contabilidade, tais como Contabilidade Agrícola, Gerencial, Custos, Comercial, dentre outras. Faz uma explanação mais detalhada da Contabilidade Social, ramo do qual damos maior atenção em virtude do Balço Social está inserido dentro desta especialidade.

3. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

3.1 PRINCIPAIS MOVIMENTOS QUE MARCARAM O INÍCIO DO BALANÇO SOCIAL

Para os estudiosos do Balanço Social não há uma data específica que marque o surgimento do Balanço Social, mas sim um conjunto de movimentos ocorridos nos anos 60 que se tornaram importantes para alertar as empresas sobre a responsabilidade social e, passou-se a elaborar e divulgar o então chamado Relatório Social, que nos anos 70 passou a se chamar de Balanço Social. Destacam-se dois movimentos considerados de grande influência: o movimento cristão e os movimentos pacifistas.

Para RIOLI (1997, p. 2), o primeiro movimento surgiu visando a divulgação do relatório social, este emergiu da orientação proposta pelo Concílio Vaticano II, mais precisamente com a promulgação da encíclica papal “Mater et Magister” em 1961.

O outro movimento de inspiração cristã ocorreu em Bruxelas, onde diversos grupos de vários países com forte presença cristã foram se organizando com a finalidade de mostrar e divulgar a dimensão social da empresa, em especial a responsabilidade social de seus dirigentes. Este evento ocorreu em torno da UNIAPAC – *Union Internationale Chrétienne de Dirigeants d'Enterprise*.

Os relatórios sociais divulgados por algumas empresas nessa época estavam mais voltados para a questão laboral, ou seja, estavam preocupados com o corpo funcional da empresa, os quais ampliaram-se posteriormente para as questões ambientais e comunitárias.

O segundo movimento considerado importante pelos estudiosos para o nascimento do Balanço social foi o movimento pacifista americano, que nos meados dos anos 60 contestavam a Guerra do Vietnã. Esse movimento começou a criticar as empresas que contribuíam para a continuação da guerra, dentre os objetivos desse movimento estava o boicote a aquisição de bens e a compra de ações dessas empresas.

Segundo RIOLI (1997, p. 2), “este movimento forçou as empresas a reagirem a essas contestações. A reação das empresas atingidas foi a divulgação sistematizada e pública de todas suas atividades sociais, em especial, suas intenções com a sociedade (atividades comunitárias e filantrópicas)”

3.2 BALANÇO SOCIAL NO PANORAMA MUNDIAL

Na América Latina, diante das peculiaridades de cada país fez surgir modelos de Balanço Social desenvolvido de acordo com o desenvolvimento empresarial característico de cada nacionalidade. Os países que partiram na frente para o desenvolvimento do Balanço Social neste continente, com exceção do Brasil, que será estudado no próximo capítulo, cita-se o Chile, a Argentina e Equador.

Segundo Gonçalves (1980, p. 20), "No Chile, a difusão da idéia de gestão social e Balanço Social tem já cerca de 10 anos, surgindo da iniciativa de grupos empresariais. Existem ali diversas empresas que vêm implantando, em grau mais ou menos adiantado, o referido instrumento. Uma delas, que foi pioneira na aplicação do Balanço social – Asociación Chilena de Seguridad -, publicou já uma síntese do que considera os benefícios da iniciativa."

Outra contribuição importante para o desenvolvimento da divulgação do Balanço Social na América Latina foram os seminários promovidos pelo UNIAPAC ou Associações Nacionais de Dirigentes Cristãos de Empresa, que a longo dos anos tanto na Argentina como no Chile vêm promovendo trabalhos visando mostrar a importância da responsabilidade social das empresas.

Em países como a Alemanha, Holanda, Suécia, Inglaterra e Bélgica, o Balanço Social é bastante utilizado pelas empresas, sendo publicado junto ao Balanço Patrimonial, mesmo não sendo obrigatório esta publicação.

Nos Estados Unidos, a partir da década de 1960, as empresas começaram a apresentar relatórios prestando contas à sociedade dos resultados de suas políticas sociais e ambientais. Vale ressaltar que a publicação do Balanço Social nos Estados Unidos não é obrigatório.

Na Inglaterra, os balanços das empresas são publicados com muito mais anotações esclarecedoras para o público leitor das contas das empresas. Essas anotações explicam o significado de muitos números, que lidos isoladamente, não conduzem a conclusão alguma.

Entre os países em que se encontra mais desenvolvida a elaboração do Balanço Social, estão a França e a Espanha, visando um melhor atendimento das pessoas no uso do numerário disponível da empresa para o bem estar da sociedade, onde é identificado como "Balanço de Responsabilidade Ética" ou "Balanço de Responsabilidade Empresarial".

Na França, em virtude da Lei Nº 77.769, de 12 de julho de 1977, a prática da demonstração no Balanço Social é uma realidade. Desde 1977, empresas com mais de 750

empregados são obrigadas a publicá-la, e a partir de 1982, essa publicação também é obrigatória para as empresas que possuem em seu quadro de pessoal mais de 300 funcionários.

Os franceses entendem que o Balanço Social deve ser publicado com o objetivo de demonstrar as ações da empresa e seus reflexos na sociedade, vê-se assim a entidade como um agrupamento microsocial, o qual tem a obrigação de revelar seus aspectos positivos e negativos, que interferem no sistema geral.

O texto legal francês exige que as empresas publiquem indicadores nos quais aborda-se: estatística sobre emprego, remuneração e encargos acessórios, condições de higiene e segurança, condições de trabalho, formação de pessoal, relações profissionais e condições de vida dos trabalhadores e suas famílias.

Na Alemanha, a Shell, a Bertelsman e a Hoech; na França, a Savien, a Renault e a Siger; nos EUA, Exon; a Mygros, na Suíça; no Chile, as manufaturas de cobre S/A, MADECO, a Asociación Chilena de Seguridad e a SAACOL CONDIGAS, entre outras, são exemplos de empresas que estudam e publicam Balanços Sociais, os quais servem de subsídios para novos estudos, porém na hora de importar essas técnicas, cumpre adaptá-las à realidade local, sob pena de não atenderem aos interesses dos usuários internos e externos, que têm suas peculiaridades e objetivos diferenciados em relação aos dos usuários dos demais países.

Utilizaremos a seguir um quadro com o principal enfoque dado por alguns países sobre a elaboração do Balanço Social:

BALANÇO SOCIAL - PANORAMA INTERNACIONAL

PAÍS	BALANÇO SOCIAL – ENFOQUE
Estados Unidos	Ênfase para os consumidores/clientes e a sociedade em geral; qualidade dos produtos, controle da poluição, contribuição da empresa nas obras culturais, transporte coletivo e outros benefícios a coletividade; abordagem de caráter ambiental.
Holanda	Enfoque para informações sobre as condições de trabalho.
Suécia	Ênfase nas informações para os empregados.
Alemanha	Enfoque às condições de trabalho e aos aspectos ambientais.
Inglaterra	Forte discussão sobre responsabilidade social e grandes pressões para a divulgação mais ampla dos relatórios sociais.

França	Enfoque para informações aos empregados, nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional.
--------	--

Fonte: Mendes (1998, p. 25)

3.3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO BALANÇO SOCIAL NO BRASIL

No Brasil o movimento considerado como marco inicial da responsabilidade social das empresas ocorreu em 1961, com a constituição da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa - ADCE, com sede em São Paulo, este órgão tinha como função servir de órgão operacional da UNIAPAC.

Segundo RIOLI (1997, p. 3), “a consolidação dos ideais propostos por essa associação se deu com a declaração, em 1974, do Decálogo do Empresário Cristão, cujos dois princípios bem ilustram o papel da empresa:

1. **“Aceitamos a existência e o valor transcendente de uma ética social e empresarial, a cujos imperativos submetemos nossas motivações, interesses, atividades e racionalidade de nossas decisões.**
2. **Estamos convencidos de que a empresa, além de sua função econômica de produtora de bens e serviços, tem a função social que se realiza através da promoção dos que nela trabalham e na comunidade na qual deve integrar-se”**

Outro evento importante ocorreu em 1977, quando a ADCE já com uma atuação no âmbito nacional, organizou o 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresa, tendo como tema central o “BALANÇO SOCIAL DA EMPRESA. Neste mesmo ano, a delegação brasileira, liderada por Nelson Gomes Teixeira, Ernesto Lima Gonçalves e Paulo Carletti, se destacou na Assembléia Anual da UNIAPAC, realizada no México, ao apresentar o trabalho “BALANÇO SOCIAL – INSTRUMENTO A SERVIÇO DA EMPRESA”.

Em 1986, é constituída a FIDES – Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social, que tinha como finalidade de promover, divulgar e assessorar empresas nas questões sociais. Esta instituição passou a ser considerada como o braço direito da ADCE.

No Brasil não devemos deixar de lado a contribuição dada por diversos professores que encamparam a idéia do Balanço Social.

Segundo RIOLI (1987, p. 4), “tivemos a contribuição de mestres como o Prof. Ernesto Lima Gonçalves, que nos anos 70, torna-se o maior especialista no assunto no Brasil; Prof. João Eduardo Tinoco, que em 1984, com seu trabalho de mestrado “Balanço Social – Uma Abordagem Sócio-Econômica da Contabilidade.”

Nesse período dissemina-se a idéia de se popularizar a o demonstrativo do valor adicionado como parte integrante do Balanço Social, publicando-o junto com os demonstrativos contábeis da empresa. Os principais criadores desta idéia foram os professores da FEA/USP Eliseu Martins, Nelson Carvalho, dentre outros professores.

Para RIOLI (1997, p. 5), “o primeiro Balanço Social publicado no Brasil que se tem notícia no Brasil, ocorreu em 1986, publicado pela Nitrofertil. Posteriormente, em 1993, a FEBRABAN – Federação das Associações Brasileiras de Bancos, passou a publicar anualmente o Demonstrativo do Valor Adicionado do Setor Bancário.”

Sobre a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado, o pioneiro nesta demonstração coube à Telebrás ao publicá-lo em 1991, seguido do Banespa em 1992. O relatório publicado pelo Banespa é considerado o primeiro relatório completo, contemplando toda a sua inserção na sociedade, além de questões laborais e demonstrativo do valor adicionado. A partir de 1993, inúmeras são as empresas que vêm divulgando seu Balanço Social.

De 1996 até os nossos dias o movimento ganhou maior impulso graças ao engajamento de entidades como o jornal “A Gazeta Mercantil” com a questão da Empresa Cidadã, do IBASE, que teve a frente da incansável luta, o Sociólogo Herbert de Souza, que conclamou todo o empresariado a se preocupar com a responsabilidade social

Como fruto dessa luta deu inspiração ao surgimento do projeto Lei encaminhado, em 1997, ao Congresso Nacional pelas Deputadas Marta Suplicy, Sandra Starling e Maria da Conceição Tavares, através do qual obriga as empresas a publicar seu Balanço Social. Teve-se, também, neste mesmo ano, a colocação em audiência pública, por parte da Comissão de Valores Mobiliário - CVM, da obrigatoriedade das companhias abertas publicarem seus indicadores laborais.

4. A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

4.1 DEFINIÇÃO

Segundo De Luca (1998, p. 30), “a Demonstração do Valor Adicionado é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração”.

Do conceito acima, observa-se que esse demonstrativo tanto é usado pela Contabilidade como pela Economia. Para a Economia é uma grande ferramenta para mensurar o Produto Nacional, ou seja, é usada para medir, em unidades monetárias, a partir do fluxo total de bens e serviços finais produzidos, total da riqueza gerada em determinado período.

Para a Contabilidade o conceito dado ao valor adicionado se aproxima muito do conceito dado pela Macroeconomia. Para Martins (1998, p. 2), “uma das grandes diferenças é que a apuração do valor adicionado, pelo conceito econômico parte-se da produção ocorrida em um período, independente dessa produção ter sido vendida ou não. Já o conceito contábil de valor adicionado considera a realização da produção, isto é, parte do valor das receitas obtidas com a venda da produção.”

Percebe-se do exposto no parágrafo acima, que os valores adicionados apurados contabilmente e economicamente somente serão iguais quando toda a produção de um período for vendida neste mesmo período, logo as diferenças entre valor adicionado calculado pelo contabilidade e pela economia são temporais e desaparecem no decorrer do tempo.

Vendo pela ótica puramente contábil, podemos definir o valor adicionado como o somatório das vendas deduzidas dos custos dos recursos adquiridos de terceiros, como: matéria-prima, mercadorias para revenda, serviço de terceiros, energia elétrica, enfim, todos os insumos adquiridos de terceiros e consumidos durante o processo operacional. Do resultado dessa equação, diminuindo-se a depreciação, amortização ou exaustão, chegaremos no valor adicionado líquido que, por sua vez, somado às receitas financeiras e aos valores recebidos de outras empresas (resultado da equivalência patrimonial), demonstrará o total de recursos distribuídos.

Os principais beneficiários da distribuição do valor adicionado são: empregados, representado pela remuneração do pessoal e encargos sociais; governo, com os impostos sobre

vendas, produção e serviços, taxas e contribuições; terceiros, com o recebimento de juros, alugueis de móveis e imóveis; os acionistas, que estão representados pela remuneração na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio; e as partes retidas a título de reinvestimento na empresa.

Conclui-se, portanto, que do ponto de vista social, a riqueza gerada e informada por este demonstrativo será uma grande utilidade se essa riqueza for distribuída a sociedade de forma justa e eficiente, caso contrário servirá apenas como as diversas demonstrações contábeis existentes no Brasil, que de forma egoísta se direcionam muitas vezes para uma pequena parcela de usuários interessados apenas com a lucratividade, sem uma mínima preocupação com a sociedade.

4.2 OS USUÁRIOS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

O relacionamento com o público externo e interno e a transparência das suas atividades são fatores de sobrevivência da entidade. Para que esse relacionamento seja firme e duradouro é necessário que a empresa divulgue informações confiáveis, que possa satisfazer ao maior número possível de usuários. Divulgue, de forma clara, a riqueza produzida e a forma como foi distribuída. Dentre os principais interessados por estas informações podemos citar:

Os Acionistas - portadores de recursos financeiros para implantação, ampliação e desenvolvimento dos projetos e metas dos administradores. A manutenção desta parceria só se efetiva enquanto a empresa garantir a rentabilidade desses investimentos.

Os Empregados - com seu conhecimento e sua mão-de-obra especializada, garantem o desenvolvimento da empresa. Para tanto é necessário que trabalhem satisfeitos, e isso será conseguido por meio das condições ambientais do trabalho (remuneração, limpeza, segurança, treinamento, política de desenvolvimento de recursos humanos, etc.).

Os Fornecedores - mantenedores da fonte produtora. O suprimento de matéria-prima ou serviços é fundamental em qualquer atividade. Para estes, é importante conhecer as potencialidades do seu cliente, garantias de recebimento e de continuidade do negócio.

As Instituições Financeiras - financiadoras do capital de giro necessário, não suprido pelos acionistas. Na concessão de empréstimos, querem conhecer a situação patrimonial, a de liquidez, a rentabilidade, a capacidade de geração de recursos, as potencialidades futuras, e ter a

garantia da continuidade da empresa; caso contrário, relutarão em auxiliar, por meio de empréstimos, a empresa necessitada.

Os Consumidores - garantem a continuidade da produção e até mesmo da própria empresa, mediante a satisfação de suas necessidades, garantias de qualidade, preço e assistência técnica são fundamentais nesta relação, e isso precisa ficar claro para o cliente.

O Governo - promotor das condições para o desempenho das atividades produtivas, tem como contrapartida, por parte dos contribuintes, o recolhimento dos tributos como forma de contribuição para que ele possa realizar as atividades do Estado em benefício de toda sociedade (saúde, educação, segurança, etc).

O Meio Ambiente - por certo uma das maiores responsabilidades sociais de todos e, principalmente das empresas que recebem a matéria-prima deste meio e têm, em contrapartida, o dever de manter os elementos essenciais da vida animal e vegetal, como o ar, a água, o solo. Sabemos hoje dos movimentos e da conscientização dos povos em relação ao meio ambiente, quando não se titubeia em fechar uma fonte produtora, que gera empregos e salários, se esta não respeita e preserva o meio ambiente.

Os Administradores - observarão particularmente sem prejuízo de outros dados, o retorno sobre o patrimônio, o endividamento, o desempenho empresarial comparativo com o período anterior e outros dados que norteiem a sua atuação. Segundo Iudicius, "o objetivo da contabilidade, portanto pode ser testemunho no fornecimento de informações econômicas para vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais".

Os Sindicalistas - observarão o resultado e o crescimento empresarial, para respaldar suas reivindicações quanto à melhoria das condições de trabalho, salários, políticas de admissões, demissões e outras.

Os Investidores - terão nos demonstrativos contábeis parâmetros que os orientarão na tomada de decisões de quando, quanto e onde investir, considerando a perspectiva da rentabilidade do empreendimento, assim como o risco envolvido, comparando o resultado obtido pela empresa como o que poderiam obter em outro negócio (custo de oportunidade).

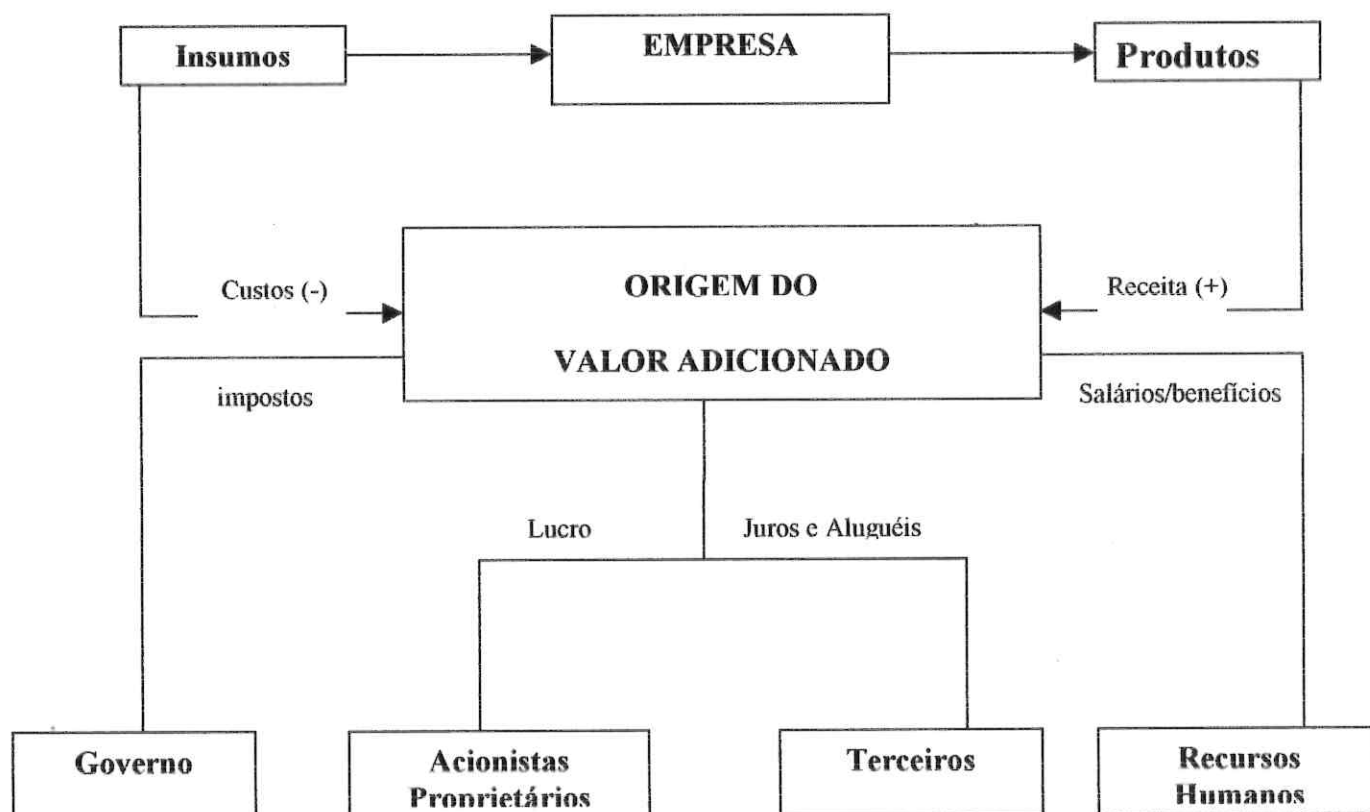
Do exposto acima, podemos concluir que a Demonstração do Valor Adicionado se destina aos mais variados usuário da Contabilidade, pois da simplicidade como é apresentada, é de fácil entendimento não só pelo público interno à empresa, mas por toda sociedade.

4.3 A DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A distribuição do Valor Adicionado reflete quem são os beneficiados com o desempenho da empresa, como: empregados, governo, terceiros, acionistas, os quais estão representados pela remuneração do pessoal e encargos sociais; impostos sobre vendas, produção e serviços, taxas e contribuições; juros sobre capital de terceiros e próprio, dividendos, aluguéis de móveis e imóveis; e por fim, pode ser retido a título de reinvestimento na organização.

A análise da distribuição do Valor Adicionado identifica a contribuição da empresa para a sociedade e os setores por ela priorizados.

Por meio da identificação, mensuração e divulgação das referidas informações, a contabilidade pode contribuir muito com o governo e com a sociedade em geral, na busca de soluções para os emergentes e crescentes problemas sociais.



Fonte: GERARDI, Alberto Luiz. 1997, p. 10

O formato da Distribuição do Valor Adicionado, conforme a figura acima, consiste basicamente em duas partes: a origem do valor adicionado e a distribuição do valor adicionado. Para as empresas industriais e comerciais, a primeira contempla basicamente as vendas realizadas

e os custos dos insumos adquiridos de terceiros e utilizados na produção/comercialização; a Segunda parte consiste na distribuição do valor gerado para os grupos mais significativos: mão-de-obra, governo e acionistas/proprietários.

4.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO X DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Demonstração do Resultado tem como objetivo principal avaliar qual foi o resultado e como este resultado foi gerado. Informações extremamente úteis, mas que interessam diretamente ao empresário, donos do capital.

Esta demonstração, apresentada de maneira resumida e de forma agrupada, pouco revela ao público externo, que não tem conhecimento dos dados contábeis da empresa ou acesso a eles, tornando impossível qualquer análise sobre ela, e muito menos, sobre o que esta empresa está fazendo pela comunidade e pelo País.

A Demonstração do Valor Adicionado, a partir dos dados retirados da Demonstração de Resultados, mostra a riqueza gerada pela empresa e como esta riqueza foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram direta ou indiretamente, para a geração dessa riqueza, enquanto a DRE tem suas informações voltadas quase que exclusivamente para os sócios e acionistas, ou seja, visa informar os usuários interessados no lucro líquido.

Para DE LUCA (1998, p. 32), “enquanto, que para o proprietário, os salários, juros, impostos, etc. são tratados como despesas, pois na realidade representam reduções de sua parte na riqueza criada, ou seja, do seu lucro. A demonstração do valor adicionado vem evidenciar, além do lucro dos investidores, a quem pertence o restante da riqueza criada pela empresa.”

Da citação acima percebe-se que a DRE não se preocupa, diferentemente da demonstração do valor adicionado, em demonstrar aos mais variados usuários das informações contábeis qual a parcela que cabe a cada um da riqueza gerada pela entidade. No caso de uma empresa que vem tendo prejuízo, a DVA passa a ocupar uma importância ainda maior dentre os vários demonstrativos contábeis, pois evidenciará que apesar de haver prejuízo a empresa produziu valor agregado e distribuiu entre aqueles que participaram na produção do produtos ou serviços gerados pela empresa.

Para facilitar o nosso entendimento sobre a diferença entre lucro e valor agregado, cita-se abaixo, o caso de uma empresa hipoteticamente criada para demonstrar essa diferença.

Admitamos que uma empresa "X" comprou insumos e contratou empregados, além da própria família que já trabalhava. Sua DRE é apresentada da seguinte forma:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Vendas	\$ 9.000,00
Sementes e Fertilizantes	\$ (1.800,00)
Mão-de-Obra	\$ (3.900,00)
Terceiros	\$ (2.600,00)
Família	\$ (1.300,00)
Lucro antes do IR	\$ 3.300,00
Imposto de Renda	\$ (660,00)
Lucro Líquido	\$ 2.640,00

Com os dados colhidos da DRE citada acima elaboramos a Demonstração do Valor Adicionado e chegamos ao seguinte demonstrativo gerado pela "empresa X".

Demonstração do Valor Adicionado

Receitas das Vendas	\$ 9.000,00
(-) Sementes e Fertilizantes adquirido de terceiros	\$ (1.800,00)
Valor Adicionado	\$ 7.200,00
Distribuição do Valor Adicionado	
Mão-de-Obra	\$ 3.900,00
Empregados	\$ 2.600,00
Família	\$ 1.300,00
Lucro Líquido	\$ 2.640,00
Impostos	\$ 660,00

Com a demonstração do valor adicionado ficou mais fácil de se saber como foi distribuída a riqueza gerada pela empresa X. Percebe-se de forma simples e de fácil compreensão como ocorreu a distribuição do valor agregado por esta família, ou seja, valor de \$ 7.200,00 criado foi distribuído da seguinte forma:

- O trabalho empregado \$ 3.900,00

➤ O Lucro retido	\$ 2.640,00
➤ O governo	\$ 660,00
	<u>\$ 7.200,00</u>

A diferença básica entre os objetivos das demonstrações do resultado e do valor adicionado é que a primeira verifica qual parte da riqueza criada é da empresa, na forma de lucro líquido, enquanto que a outra procura evidenciar o total da riqueza criada pela empresa e toda a sua distribuição.

Deve ser entendido que, na verdade, a demonstração do valor adicionado nada mais é do que uma readaptação dos próprios itens da demonstração do resultado.

5. ATUAIS DISCUSSÕES SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Como citamos em capítulos anteriores, a contabilidade vem, ao longo dos anos, sofrendo uma série de transformações na forma de apresentar suas evidenciações, sempre procurando atender às necessidades dos mais variados usuários das informações contábeis. Um exemplo da influência desses usuários, ocorreu quando do surgimento da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Segundo MARTINS (1993, p. 5), “como a Demonstração do Resultado não se tinha condição de expressar os fluxos que entravam e saíam da empresa num certo período, fez nascer a necessidade de se produzir uma demonstração mais voltada para os fluxos financeiros, que entre nós é chamada de DOAR e vinculada à variação do Capital de Giro Líquido.”

Da citação acima, constata-se que na atualidade estamos passando por uma transformação nos demonstrativos contábeis parecida com a ocorrida no surgimento da DOAR, pois no Projeto de Reforma da Lei 6.404/76, temos a obrigatoriedade da divulgação de novos demonstrativos contábeis, dentre eles a DVA. Ela surge da necessidade cada vez crescente de usuários necessitados de informações de qualidade, que dê importância não só ao aspecto financeiro, mas divulgue informações confiáveis de cunho sócio-econômica.

Apresenta-se a seguir alguns comentários sobre o art. 176 da Lei 6.404/76 e sobre o Projeto de Lei 32/99; que são os dois institutos legais, que se aprovados, obrigarão a divulgação da DVA.

5.1 PROJETO DE REFORMA DA LEI 6.404/76

Segundo os responsáveis pelo Projeto de Reforma da Lei 6.404/76, “este projeto surgiu para atender a uma nova realidade econômica e financeira vivida no Brasil, bem diferente daquela existente há dez anos, quando se começou a pensar na revisão dessa Lei”¹.

Da citação acima, percebe-se que a finalidade da reforma da Lei 6.404/76 é adequá-la ao cenário atual, pois passa-se por uma série de mudanças que afetaram a sua estrutura, como o processo de globalização das economias, de abertura dos mercados, com expressivos fluxos de capitais ingressando no país e com as empresas brasileiras captando recursos no exterior.

¹ CVM, site internet

Foi com o interessado em seguir essa nova dinâmica mundial que se resolveu reformar a Lei 6.404/76, tendo como um dos principais objetivos, adequar a parte contábil da lei de forma a atender a necessidade de maior transparência e qualidade das informações contábeis.

Com a reforma da Lei 6.404/76, o artigo 176, passará a incluir, além das atuais existentes, duas novas demonstrações contábeis: a Demonstração do Fluxo de Caixa (inciso IV) e a Demonstração do Valor Adicionado (inciso V).

Procuraremos transcrever abaixo algumas partes dos arts. 176 e 178 que se relacionam com a Demonstração do Valor Adicionado:

“Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria da companhia fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as seguintes demonstrações contábeis, que deverão exprimir com clareza a situação patrimonial e financeira e as mutações ocorridas no exercício:

- I – balanço patrimonial;
- II - demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- III – demonstrações do resultado do exercício;
- IV - demonstração dos fluxos de caixa;
- V - demonstração do valor adicionado.”***

“Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do art. 176 indicarão, no mínimo:

I - a demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos;

II - a demonstração do valor adicionado – os componentes geradores do valor adicionado e a sua distribuição entre empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela retida para reinvestimento.”

Do exposto acima, conclui-se que se o Projeto de Reforma da Lei 6.404/76 for aprovado pelo Congresso Nacional, teremos conseguido dar um grande salto em termos de qualidade das informações contábeis no Brasil, pois diferentemente das demonstrações que estavam voltadas

apenas aos interessados na lucratividade da empresa, teremos um novo demonstrativo contábil, como a DVA, que de forma simples em termos de apresentação, consegue fornecer um volume de informações sócio-econômicas voltadas não só para interessados diretamente ligados ao lucro da empresa, mas consegue informar toda a sociedade.

5.2 O PROJETO DE LEI 32 DE 1999

Este projeto foi apresentado pela primeira vez ao Congresso Nacional em maio de 1997, pelas Deputadas Federais Marta Suplicy, Maria das Conceições Tavares e Sandra Starling sob nº 3.116. Como estas deputadas não foram reeleitas para a atual legislatura, o referido projeto foi apresentado pelo Deputado Federal Paulo Rocha do PT do Pará.

Este Projeto de Lei criando a obrigatoriedade da elaboração e publicação do Balanço Social para as empresas privadas que possuam acima de 100 empregados e para as empresas públicas independentemente do número de empregados. Este projeto é o início de uma abertura à consciência sobre a responsabilidade da empresa perante a sociedade.

Na opinião da Deputada Federal Marta Suplicy uma das autoras do Projeto de Lei 3.116/97, o "Balanço Social é um instrumento de informação e, como tal, possibilitará a elaboração de políticas públicas e privadas para o incentivo a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da população. Servirá não só para a comunidade, mas para a própria empresa, que reunirá elementos de averiguação da sua situação no campo das demandas sociais e das relações trabalhistas".

Um dos principais itens que constarão no Balanço Social proposto por este projeto encontra-se a publicação da Demonstração do Valor Adicionado (conforme anexo nº1). Em síntese, a demonstração proposta por esta Lei apresentará da seguinte forma:

- **a empresa:** faturamento bruto, lucro operacional, folha de pagamento bruta e outros;
- a realidade das relações de trabalho dentro da empresa, incluindo dados sobre os empregados (quantidade, sexo, raça, escolaridade, faixa etária, etc.), valor dos encargos sociais pagos, com gastos com alimentação, educação e saúde do trabalhador, gastos com segurança no trabalho, previdência privada, número de mulheres em cargos de chefia e outros;

➤ a realidade da empresa na condição de agente social, como valor dos tributos pagos; os investimentos para a comunidade em cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, companhias públicas e outras; e investimentos em meio ambiente - reflorestamento, despoluição e outros, indicando itens e valores eventualmente dedutíveis do fisco.

Do exposto acima, observa-se que a demonstração proposta por esta Lei nada mais é que uma DVA apresentada de forma mais detalhada, ou seja, explicando como foi aplicada a riqueza criada pela empresa de forma que toda sociedade tenha informações sobre como a empresa esta distribuindo a riqueza gerada na comunidade onde está inserida.

Com relação à proposta de que todas empresas publicas serão obrigadas a divulgarem o Balanço Social, independentemente do número de funcionários - e em todas as esferas da administração - prende-se à razão óbvia de que é imprescindível manter um controle social sobre essas empresas, uma vez que, à luz do princípio constitucional da publicidade, as empresas públicas devem agir de forma transparente.

Referindo-se ao limite mínimo de 100 empregados imposto às empresa privadas prende-se ao fato de que seria impraticável obrigar todas as empresas a elaborar o Balanço Social. Principalmente para as micro e pequenas empresas, seria um ônus a mais no já pesado fardo da existência. Dessa forma, estabeleceu-se o limite de 100 funcionários - pois no Brasil, em geral, empresas com esse número de trabalhadores são empresas de porte - a fim de que só aquelas com um razoável desempenho econômico fossem obrigadas a elaborar o documento.

A forma de dar publicidade ao Balanço Social - à exceção das empresas de capital aberto, que publicarão junto com o respectivo Balanço Patrimonial e financeiro, será pela sua afixação na entrada principal dos estabelecimentos da empresa nos seis primeiros meses de sua publicação.

O projeto garante o acesso e divulgação do Balanço Social aos empregados da empresa e as autoridades e órgãos governamentais, sindicatos, universidades e demais instituições públicas e privadas ligadas ao estudo e à pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

O poder Executivo regulamentará a lei no prazo de noventa dias de sua publicação, estabelecendo órgãos e critérios de fiscalização de seu cumprimento. Essas são, em síntese, as principais características do projeto, que foi distribuído às Comissões de trabalho, de Economia e de Constituição e Justiça da Câmara, para tramitação em regime ordinário.

6. RELAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COM O CALCULO DO PIB

O primeiro passo para se avaliar o desempenho de um país é medir o seu Produto Nacional. “O Produto Nacional corresponde ao total de mercadorias e serviços finais produzidos no país durante determinado período”². A partir do produto, podemos avaliar o crescimento econômico de um país, ou seja, a elevação na produção de bens e serviços que satisfaçam à necessidade humana.

A Demonstração do Valor Adicionado é um grande instrumento para o cálculo da riqueza gerada pela economia, pois é a partir do somatório de todos os valores adicionados gerados por todas as empresas, seja por setor, região geográfica, etc. que se pode chegar ao valor global da economia, ou seja, teremos o PIB.

Muitas vezes, o faturamento de uma empresa ou conjunto de empresas é comparado com o PIB. Como já citamos, tecnicamente, essa comparação não é válida, já que o faturamento não é igual a valor agregado. A correta comparação seria com o valor adicionado da empresa com o valor adicionado total brasileiro. Na ciência econômica, o conceito de valor adicionado é em função da produção, e não das vendas.

Um exemplo de como a DVA pode contribuir para a mensuração do PIB foi a iniciativa da Revista Exame, que a partir de 1997 passou a incluir como critério de análise das “500 Maiores e Melhores” as empresas que geraram maiores valores agregados para a economia. Se iniciativas como essa fossem adotadas pelo governo obrigando todas as empresas a elaborarem sua DVA e que esta fosse remetida para alimentar um banco de dados, facilmente poderia ser mensurado de forma mais confiável o valor do PIB brasileiro. A seguir citaremos um quadro publicado pela Revista Exame, referente ao exercício de 1998, das maiores Valores Adicionados por Empresa.

OS MAIORES VALORES ADICIONADOS POR EMPRESA				
Classificação dos valores adicionados por empresa – em US\$ milhões				
98	EMPRESA	SETOR	CONTROLE	V.A EMPRESA
1	PETROBRÁS	Quim. e Petroq.	Estatal	15.035,9
2	SOUZA CRUZ	Fumo	Inglês	3.813,0
3	TELESP	Telecomun.	Espanhol	2.998,6
4	PETROBRÁS DISTRIB	Atacado e Com.	Estatal	5.575,8
5	CESP	Serviços Pub.	Estatal	2.512,6
6	EMBRATEL	Telecomun.	Americana	2.035,2
7	BRAHAMA	Bebidas	Brasileira	1.970,9

² ROSSETI, José Paschoal. Introdução à Economia. Apud DE LUCA (1998, p. 28)

8	VALE DO RIO DOCE	Mineração	Brasileira	1.927,7
9	CEMIG	Serv. Pub	Estatat	1.919,4
10	CORREIO E TELÉGR.	Serv. Pub	Estatat	1.910,8
11	SABESP	Serv. Pub	Estatat	1.889,1
12	RFFSA	Serv. Pub	Estatat	1.739,3
13	VARIG	Serv. Trans	Brasileira	1.539,7
14	CSN	Sider. E Miner	Brasileira	1.374,9
15	NESTLÉ-SP	Alimentos	Suíço	1.329,8
16	LIGTH	Serv. Púb.	Franc./Americ.	1.300,8
17	ELETROPAULO METRO	Serv. Pub.	Brasileira	1.289,8
18	GESSY LEVER	Hig., Lip., Cosm.	Anglo/Hol.	1.264,3
19	COPEL	Serv. Pub.	Estatat	1.242,0
20	TELESP CELULAR	Telecomun.	Português	1.157,7

Fonte: Revista Exame, junho.1999

Para Iudicibus³, “em sua estrutura a Demonstração do Valor Adicionado é muito parecida com o esquema de contas de renda nacional. (...) Conceitualmente, todavia, se todas as atividades econômicas desenvolvidas no país fossem desenroladas em atividades que levantassem demonstrações do valor adicionado, (...) a consolidação de tais demonstrações, excluídas as duplas contagens, já seria, o próprio PIB, muito mais corretamente estimado que o atual.”

Com a apresentação do quadro acima e a citação do professor Sérgio Iudicibus, conclui-se que a DVA é de muita importância para os órgãos encarregados em calcular o PIB, no caso do Brasil o IBGE, pois uma das preocupações dos estatísticos que medem o PIB é evitar que uma mercadoria seja incluída mais de uma vez no mesmo cálculo.

Em linhas gerais, quando todas as empresas passarem a tomar consciência da importância da elaboração da demonstração do valor adicionado e forem obrigadas pelo governo a enviarem a este demonstrativo a um órgão encarregado dessa iniciativa, como a RAIS é obrigatória pelo Ministério do Trabalho, o problema do cálculo do PIB estará resolvido.

³ IUDICIBUS, Sérgio de. Utilização de informações Contábeis para finalidades econômicas. Boletim do Contador. Nº 145, p. 4. São Paulo: Ibracon, jun. 1990. Cit. por DE LUCA.

7. AS PEÇAS FORMADORAS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.

De uma forma geral a Demonstração do Valor Adicionado se divide em duas partes: a demonstração da geração do valor adicionado bruto e líquido e a distribuição do valor adicionado líquido.

Para se chegar à demonstração da geração do valor adicionado temos que fazer, inicialmente, a diferença entre o total das receitas brutas menos os materiais e serviços de terceiros, dessa diferença chegaremos ao valor adicionado bruto. A diferença entre o valor adicionado bruto e a despesa com depreciação teremos o valor adicionado líquido.

A partir do valor adicionado líquido teremos condições de determinar a forma de distribuição do valor adicionado, ou seja, teremos os valores destinados aos empregados (salários, comissões, gratificações, transporte, etc.), ao governo (na forma de impostos), aos capitais de terceiros (juros e aluguéis) e a remuneração do capital próprio (dividendos, lucros não distribuídos e juros sobre o capital próprio).

Apresentaremos os principais componentes da Demonstração do Valor Adicionado, do setor bancário, em virtude do nosso caso prático ser um Banco:

1. RECEITAS (soma dos itens 1.1 a 1.4, ver modelo nº1)

1.1 Intermediação Financeira :

Inclui as receitas com operações de crédito, arrendamento mercantil, resultados de câmbio, títulos e valores mobiliários e outros.

1.2 Prestação de Serviços:

São as receitas provenientes de operações que não a intermediação financeira.

1.3 Provisão para devedores duvidosos

Inclui os valores relativos à constituição /baixa da provisão para devedores duvidosos.

1.4 Não-operacionais

Inclui os valores considerados fora das atividades principais da instituição, tais como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizados, ganhos ou perdas na baixa de investimentos, etc.

2. DESPESAS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA

São os gastos com operações de captação, empréstimos, repasses, arrendamento mercantil e outros.

3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (soma dos itens 3.1 a 3.3)

3.1 Materiais, energia e outros (adquiridos de terceiros)

3.2 Serviços de terceiros (não inclui gastos com pessoal próprio)

3.3 Perda/Recuperação de valores ativos

Inclui valores relativos a ajuste a valor de mercado de investimentos, etc (se no período o valor líquido for positivo deverá ser somado).

4. VALOR ADICIONADO BRUTO (diferença entre os itens 1, 2 e 3)

5. RETENÇÕES

5.1 Depreciação, amortização e exaustão

Deverá incluir a despesa contabilizada no período.

6. VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (diferença entre os itens 4 e 5)

7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA

7.1 Resultado de equivalência patrimonial

Inclui os valores recebidos como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo. O resultado de equivalência patrimonial poderá representar receita ou despesa; se despesa deverá ser representado entre parênteses.

8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (soma dos itens 6 e 7)

9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

9.1 Pessoal e encargos

Neste item deverão ser incluídos os encargos com férias, salários, 13º salário, FGTS, alimentação, transporte, etc., apropriados ao custo do produto ou do resultado do período (não inclui os encargos com INSS – veja tratamento dado no item seguinte).

9.2 Impostos, taxas e contribuições

Além das contribuições devidas ao INSS, imposto de renda, contribuição social, todos os demais impostos, taxas e contribuições deverão ser incluídas neste item.

9.3 Aluguéis

Devem ser consideradas as despesas de alugueis relativas a quaisquer tipos de locação pagas ou creditadas a terceiros.

9.4 Juros sobre o capital próprio e dividendos

Inclui os valores pagos ou creditados aos acionistas. Os juros sobre o capital próprio contabilizados como reserva deverão constar do item “ Lucros retidos”.

9.5 Lucros retidos

Devem ser incluídos os lucros do período destinados às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica

De acordo com os itens citados acima, apresentaremos, abaixo, o quadro da Demonstração do Valor Adicionado. Este modelo foi desenvolvido pelos professores Nelson Carvalho e Ariovaldo dos Santos, ambos pesquisadores da FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – (FEA –USP) e utilizado pela Revista Exame na avaliação das 500 Melhores e Maiores empresas do Brasil.

MODELO Nº 1

INSTITUIÇÃO:		
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO DE 1999		
DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	
	Pela Legislação Societária	C.M.I
1. RECEITAS		
<i>1.1 Intermediação Financeira</i>		
<i>1.2 Prestação de Serviços</i>		
<i>1.3 Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)</i>		
<i>1.4 Não-operacionais</i>		
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
<i>3.1 Materiais, energia e outros</i>		
<i>3.2 Serviços de terceiros</i>		
<i>3.3 Perda/Recuperação de valores ativos</i>		
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
5. RETENÇÕES		
<i>5.1 Depreciação, amortização e exaustão</i>		
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
<i>7.1 Resultado da equivalência patrimonial</i>		
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)		
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO*		
<i>9.1 Pessoal e encargos</i>		
<i>9.2 Impostos, taxas e contribuições</i>		
<i>9.3 aluguéis</i>		
<i>9.4 Juros sobre o capital próprio e dividendos</i>		
<i>9.5 Lucros retidos/prejuízo do exercício</i>		
* O total do item 9 deve ser exatamente igual ao item 8.		

Fonte: FIPECAFI – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - (FEA - USP), 1999, P. 05

8. CASO PRÁTICO: DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO BANCO DO NORDESTE

8.1 O BANCO E SUAS CARACTERÍSTICAS

O Banco do Nordeste do Brasil S. A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão impulsionar, como instituição financeira, o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil, através do suprimento de recursos financeiros e de suporte à capacitação técnica a empreendimentos da Região.

Para cumprimento de sua missão, além da concessão de créditos para implantação de empreendimentos, o Banco do Nordeste prima, em parceria com os clientes, pela continuidade e sucesso dos negócios realizados, através de processo de visita técnica e gerencial, aportando recursos adicionais, quando necessários.

Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras da espécie, exceto a carteira de crédito imobiliário. A Assembléia Geral Extraordinária de 17.10.1997 aprovou a realização de operações na carteira de crédito imobiliário, cujo processo está tramitando nas esferas competentes.

Na qualidade de órgão de desenvolvimento, o Banco do Nordeste opera, dentre outros programas de fomento, o Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, criado pelo Decreto-Lei Nº 1.376, de 12.12.1974, e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, nos termos dos dispositivos constitucionais vigentes, regulamentados pela Lei Nº 7.827, de 27.09.1989, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 9.126, de 10.11.1995 e Medida Provisória Nº 1.988-16, de 13.01.2000.

8.2 A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A seguir apresenta-se a Demonstração do Valor Adicionado do Banco do Nordeste, referente aos exercícios de 1998 e 1999.

BANCO DO NORDESTE
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Valores em Milhares de Reais

	1998	1999	(%)
RECEITAS	1.821.721	3.603.001	
Intermediação Financeira	1.680.279	3.457.225	
Prestações de Serviços	143.581	143.222	
Não-operacionais	(2.139)	2.554	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(805.008)	(1.749.211)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(573.718)	(1.422.837)	
Materiais, energia e outros	(260.271)	(917.865)	
Serviços de terceiros	(29.912)	(31.001)	
Perda/Recuperação de valores ativos	(283.535)	(473.971)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	442.995	430.953	
RETENÇÕES	(35.197)	(35.332)	
Depreciação, amortização e exaustão	(35.197)	(35.332)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	407.798	395.621	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	407.798	395.621	100,00
Pessoal e encargos	251.118	244.871	61,90
Impostos, taxas e contribuições	74.187	70.758	17,89
Aluguéis	8.298	4.617	1,17
Dividendos	18.235	18.712	4,73
- União	5.010	5.131	1,30
- Outros	13.225	13.581	3,43
Lucros retidos	55.960	56.663	14,32

Fonte: Banco do Nordeste, Ambiente de Suporte Financeiro

Observando-se o demonstrativo acima, percebe-se que desempenho do Banco em 1998 fez produziu um valor adicionado R\$ 407.798 mil, distribuído da seguinte forma: R\$ 251.118 mil (61,58%) para pessoal e encargos; R\$ 74.187 mil (18,19%) na forma de impostos, taxas e contribuições; R\$ 8.298 mil (2,03%) na forma de alugueis; R\$ 18.235 mil (4,47%) para pagamento de dividendos aos acionistas e R\$ 55.960 mil (13,72%) ficou retido na forma de lucros acumulados.

No exercício de 1999 houve uma redução do valor adicionado criado pelo Banco, ou seja, valor adicionado líquido foi de R\$ 395.621 mil, distribuído da seguinte maneira: R\$ 244.871 mil

(61,90%) para pessoal e encargos; R\$ 70.758 mil (17,89%) na forma de impostos, taxas e contribuições; R\$ 4.617 mil (1,17%) na forma de aluguéis; R\$ 18.712 mil (4,73%) para pagamento de dividendos aos acionistas e R\$ 56.663 mil (14,32%) ficou retido na forma de lucros acumulados.

Fazendo-se uma análise da DVA do Banco do Nordeste do últimos dois anos percebe-se que praticamente não houve mudanças na riqueza criada por esta empresa nos últimos dois anos, permanecendo em torno de R\$ 400 Milhões, havendo uma diminuição no exercício de 1999. Com relação a forma de distribuição da riqueza, permaneceu em patamares praticamente iguais, com exceção da parcela destinada ao pagamento de aluguéis que houve uma considerável queda, de 2,03% (em 1998) para 1,17 (1999).

Percebe-se, a partir da DVA do Banco do Nordeste, que há um grande número de usuários da Contabilidade que pode ser atendido por estas informações, pois até mesmo o leigo em contabilidade poderá tirar conclusões da forma como está sendo distribuída a riqueza do Banco.

Portanto, este demonstrativo tem grande importância social e deve ser divulgado por todas as empresas que visam, a exemplo do Banco, mostrar transparência na forma de sua atuação.

8.3 BALANÇO SOCIAL DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

No conjunto das estratégias corporativas do Banco do Nordeste, em 1999, destacam-se a visão integrada do cliente, a diferenciação dos produtos e serviços e a formação de parcerias para o desenvolvimento local integrado e sustentável.

Mantendo o compromisso de trabalhar lado a lado com a sociedade, e como principal agente do Governo Federal para o Nordeste, o Banco criou, em maio de 1999, o Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste, com o objetivo de formar uma nova visão empresarial na Região, elevando a competitividade dos negócios, a partir de uma ação articulada, em nível municipal, que envolve parcerias entre o Banco, o Governo e as lideranças locais.

Ao lado dos indicadores financeiros, importa salientar, como resultado promissor, a contribuição do Banco no sentido de promover a sustentabilidade e o fortalecimento econômico da Região, por meio de ações que vão além da concessão do crédito. São exemplos a capacitação dos agentes produtivos, os estudos e pesquisas, a estruturação das cadeias produtivas, o

fortalecimento dos micro e pequenos negócios. A atuação do Banco, em 1999, deve ser avaliada a partir das ações implementadas com vistas à superação das condicionantes econômicas que marcaram o início do ano. Em meio a esse cenário, a Empresa buscou preparar-se com instrumentos e ações inovadoras visando à retomada do crescimento, que já começa a acontecer.

DESEMPENHO OPERACIONAL

FINANCIAMENTOS

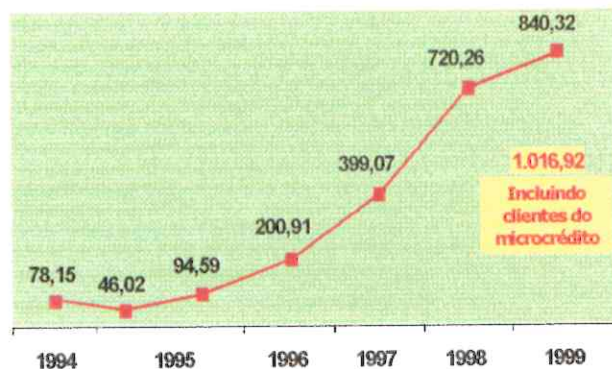
Em 1999, o Banco do Nordeste injetou R\$ 2,4 bilhões na economia regional, mediante a contratação de 404,5 mil financiamentos. Esse número representa 15 vezes a quantidade de operações contratadas em 1994, ano que antecedeu o processo de mudança organizacional, com fortes reflexos nos indicadores de desempenho da Empresa.

Com efeito, de 1995 a 1999, o Banco do Nordeste aplicou R\$ 12,2 bilhões na economia, contratando 1,4 milhão de financiamentos. Nesse período, sua participação no total das aplicações do sistema bancário do Nordeste cresceu de 34,5% para 77,7%, embora a quantidade de agências tenha permanecido a mesma e represente apenas 7% da rede bancária da Região. No crédito rural, a participação do Banco ultrapassa 80%, chegando em alguns Estados a mais de 90%.

Com mais de um milhão de clientes ao final de 1999, o Banco do Nordeste concentra suas aplicações em financiamentos de médio e longo prazos para os setores produtivos. Os contratos efetivados em 1999 beneficiaram principalmente os mini, pequenos e médios produtores e as micro, pequenas e médias empresas, contemplados com 98,9% da quantidade e com 74,3% dos valores contratados.

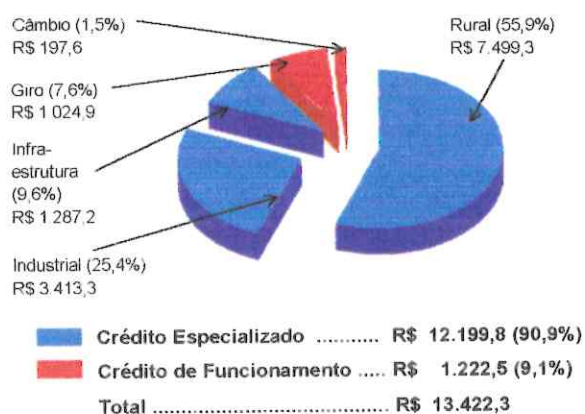
Os financiamentos concedidos pelo Banco em 1999 viabilizaram a criação de 444 mil oportunidades de emprego. No período 1995/99, os empregos gerados somam mais de 2,7 milhões.

QUANTIDADE DE CLIENTES - (MIL)

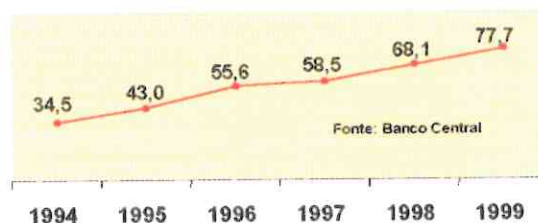


APLICAÇÕES TOTAIS - Dezembro de 1999

Valores em R\$ milhões

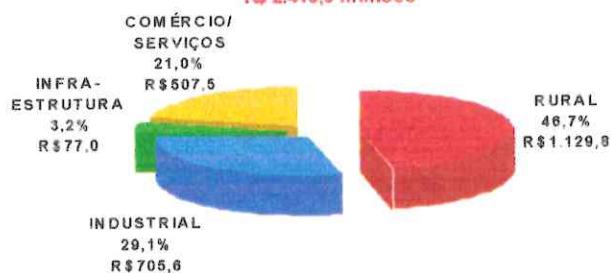


PARTICIPAÇÃO DO BANCO NO FINANCIAMENTO DA REGIÃO (%)



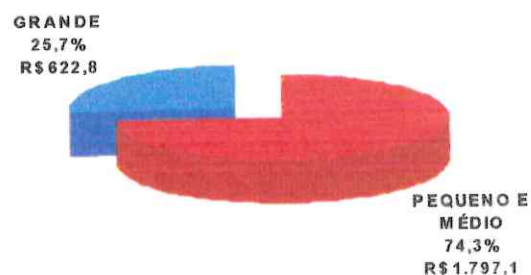
VALORES CONTRATADOS POR SETOR EM 1999

R\$ 2.419,9 milhões

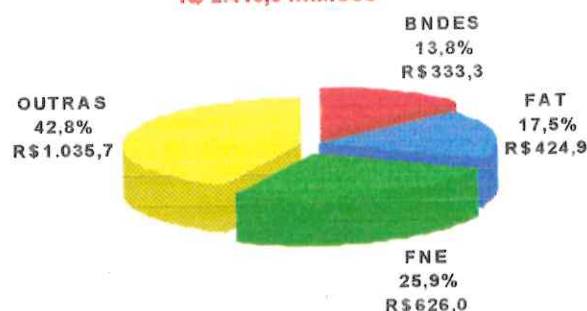


VALORES CONTRATADOS POR PORTE EM 1999

R\$ 2.419,9 milhões



VALORES CONTRATADOS POR FONTE EM 1999
R\$ 2.419,9 milhões



OPORTUNIDADES DE EMPREGO POR SETOR EM 1999		
SETOR	QUANTIDADES	%
Rural	323.200	72,8
Industrial	29.653	6,7
Infra-estrutura	5.565	1,3
Comércio/Serviços	85.201	19,2
TOTAL	443.619	100,0

APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

FAROL DO DESENVOLVIMENTO BANCO DO NORDESTE

O Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste é um espaço empresarial de discussão e viabilização de soluções para o desenvolvimento sustentável dos municípios, integrando e harmonizando as cadeias produtivas, desde a infra-estrutura, produção, comercialização e inserção nos mercados nacional e internacional. Funciona mediante reuniões sistemáticas, com a participação do governo nos três níveis – federal, estadual e municipal –, instituições públicas, empresários, organizações sociais, lideranças comunitárias e representantes de todos os segmentos da sociedade.

Tal instrumento vem consolidar um novo modelo de atuação do Banco do Nordeste, que extrapola a ação de agente financiador e se transforma em um elemento importante na estruturação da economia dos municípios, organizando as demandas da comunidade e monitorando as soluções para os problemas relacionados à infra-estrutura, de modo a criar as condições necessárias para a ação empresarial.

Essa ação tornou-se possível a partir do trabalho dos Agentes de Desenvolvimento, nos últimos quatro anos. De modo sistemático, eles vêm mobilizando e articulando parcerias com os agentes produtivos e outros representantes da comunidade local, possibilitando a criação de um ambiente favorável para a promoção do desenvolvimento regional.

Com oito meses de funcionamento, o Farol do Desenvolvimento encontra-se instalado em 1.950 municípios integrantes da área de atuação do Banco e já apresenta como resultados 6.179 reuniões realizadas, com a participação de 138.300 lideranças, incluindo 1.927 prefeitos; e geração de 14.007 compromissos, dos quais 4.193 já concluídos.

Das ações implementadas, destacam-se a geração de emprego e renda, capacitação, mobilização social, promoção e atração de investimentos, desenvolvimento científico e tecnológico, melhorias de infra-estrutura, seleção e priorização das vocações locais e desenvolvimento institucional.

APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS

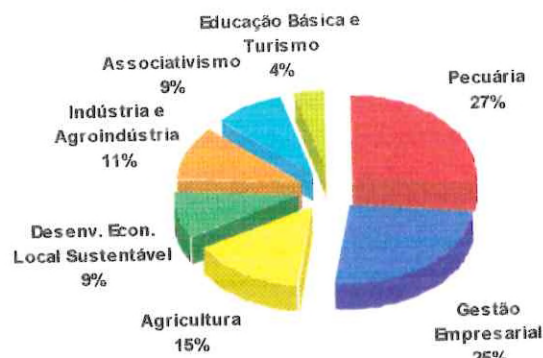
CAPACITAÇÃO DE AGENTES PRODUTIVOS E PARCEIROS

O Programa de Capacitação do Banco do Nordeste é destinado à formação profissional e à organização dos agentes produtivos da Região. Dentre os principais benefícios desse processo, estão a elevação da competitividade e produtividade dos empreendimentos urbanos e rurais e a geração de emprego e renda.

O Programa atua em três grandes vertentes: estruturação da demanda, capacitação específica para as áreas identificadas e transferência de metodologia para facilitadores e multiplicadores dos cursos e treinamentos.

No ano de 1999, o Banco viabilizou, através da realização de 7.134 eventos, a capacitação de 224.420 agentes produtivos e parceiros. O Projeto Capacitação contribuiu, ainda, para a formação de 46.496 pequenos empreendedores do setor informal da economia, além de 1.889 técnicos de instituições e entidades parceiras.

ESTRUTURAÇÃO DA DEMANDA DE CAPACITAÇÃO



MICROCRÉDITO

O Crediamigo, programa de microcrédito do Banco do Nordeste, contribui para o desenvolvimento do setor microempresarial mediante oferta de serviços financeiros e de capacitação, de forma sustentável, oportuna, adequada e de fácil acesso, assegurando novas oportunidades de ocupação e renda na região Nordeste.

O Programa, iniciado em novembro de 1997, já aplicou R\$ 113,9 milhões, realizando 176,6 mil contratos. A grande expansão ocorreu em 1999, com 115,1 mil operações, no montante de R\$ 82,2 milhões, que representam 72,2% do valor aplicado e 65,2% dos financiamentos já realizados pelo Crediamigo.

Para democratizar ainda mais o crédito, em 1999 o Programa implementou plano de expansão, fechando o ano com 80 unidades de atendimento. O Crediamigo não se limita ao suprimento de capital de giro. Trabalha, sobretudo, a capacidade empreendedora do cliente.

PROGRAMAS ESPECIAIS

Voltados para o atendimento a pequenos e microempreendedores com dificuldade de acesso às linhas de crédito tradicionais, os Programas Especiais inserem na economia novos agentes produtivos, através da concessão de crédito e capacitação. No ano de 1999, o Banco contratou 160,1 mil operações no âmbito dos Programas Especiais, aplicando R\$ 773,9 milhões.

O Banco do Nordeste tem sido responsável pela maior parte dos valores aplicados no Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, respondendo por 73% do total de operações contratadas em todo o País, no período de 1995 a 1998, conforme pesquisa divulgada em novembro de 1999 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE.

Para proporcionar crédito aos assentados da Reforma Agrária e comunidades de trabalhadores rurais sem terra, o Banco contratou 132,9 mil operações até 1999, no total de R\$ 445 milhões, em diversos programas de apoio à política de reforma agrária do Governo Federal. Os recursos aplicados beneficiaram 53,9 mil famílias, num total de 269,8 mil pessoas. Somente em 1999, foram realizadas 48,4 mil operações, no valor de R\$ 104,3 milhões.

No apoio ao associativismo, o Banco contratou 895 operações com 782 cooperativas e associações, aplicando R\$ 73,6 milhões, que beneficiaram 44.080 produtores.

Os Programas Especiais têm propiciado a democratização do crédito, como evidenciam os números alcançados:

CONTRATAÇÕES NOS PROGRAMAS ESPECIAIS EM 1999		
PROGRAMA	QUANTIDADES	VALOR (R\$mil)
Programa de Geração de Emprego e Renda-PROGER	31.614	233.180,4
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF	77.250	325.167,6
Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária-PROCERA	41.788	84.961,4
Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador-PROTRABALHO	9.440	125.704,9
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária-Cédula da Terra	44	4.933,8
TOTAL	160.136	773.948,1

PROGRAMA BRASIL EMPREENDEDOR

Criado pelo Governo Federal em outubro de 1999, o Programa Brasil Empreendedor busca o fortalecimento dos micro, pequenos e médios empreendimentos produtivos, inclusive no setor informal, oferecendo crédito com sustentabilidade. Para tanto, o Programa condiciona a concessão do crédito à capacitação do empreendedor, seja do ponto de vista técnico ou de gestão, e concede assessoria empresarial subsequente, possibilitando aos beneficiários o aprofundamento de questões relativas a gestão, produção e mercado.

Em três meses, o Banco do Nordeste realizou 82.889 operações no âmbito do Brasil Empreendedor, no valor de R\$ 633,9 milhões. Do total das operações contratadas, 30.277 beneficiam o público-alvo do microcrédito. Da meta de 1.150 mil operações do Programa, a ser

alcançada no período de outubro de 1999 a outubro de 2000, o Banco se comprometeu a contratar 590 mil, as quais equivalem a 51,3% do objetivo nacional. As atividades de capacitação promovidas pelo Banco contemplaram 37.703 beneficiários do Programa.

PARCERIAS E ARTICULAÇÕES

O aprimoramento das relações sócio-políticas e institucionais constitui um dos focos estratégicos do Banco do Nordeste para fortalecer as ações de desenvolvimento regional. As ações estão consolidadas em cinco eixos estratégicos: Político, Empresarial, Institucional, Organismos Internacionais e de Informação e Conhecimento.

No eixo Político, o Banco mantém relacionamento com o Congresso Nacional, envolvendo Câmara e Senado, Assembléias Legislativas e Governo Federal.

No eixo Institucional, desenvolve articulação e parceria com os Ministérios e governos estaduais e municipais, além de órgãos vinculados, resultando no desenvolvimento de programas e ações conjuntas.

No eixo Empresarial, as interações se verificam na participação em projetos de qualificação e desenvolvimento gerencial com entidades representativas das empresas, como federações e confederações e sindicatos patronais. O Banco está presente em discussões estratégicas para aperfeiçoamento e crescimento de sua atuação.

No eixo dos Organismos Internacionais, são formadas parcerias com Agências de Financiamento e Bancos Multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Mundial – BIRD, International Finance Corporation – IFC, dentre outros.

No eixo de Informação e Conhecimento, o Banco manteve em 1999 parcerias para o desenvolvimento de estudos e pesquisas tecnológicas aplicadas à atividade produtiva, com universidades e centros de pesquisas nacionais e internacionais, destacando-se convênios com o Massachusetts Institute of Technology – MIT e University of Illinois (EUA), Universidad de Barcelona (Espanha), Universidade de São Paulo – USP, Universidade Federal de Minas Gerais, Fundação Getúlio Vargas (RJ), e com vinte e sete universidades e centros de pesquisa do Nordeste.

CONVÊNIOS E PROTOCOLOS

Para organizar e fortalecer as cadeias produtivas regionais, o Banco tem formalizado convênios e protocolos que envolvem os diversos setores da economia e contam com a participação dos governos, universidades, empresas de pesquisa, organizações técnicas e entidades empresariais, em âmbito estadual e municipal.

Em 1999, firmou 747 convênios e protocolos em todos os Estados da Região, quase três vezes o número de contratos firmados nos últimos quatro anos.

Dentre os principais setores e atividades atendidos, destacam-se: fruticultura, ovinocaprino cultura, produção e comercialização de produtos naturais e orgânicos, suporte técnico agropecuário, beneficiamento de matérias-primas industriais, modernização e aumento da produção de leite e derivados, apoio à inovação tecnológica e capacitação de produtores rurais e agentes do setor informal.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (FUNDO DE AVAL)

Hoje presente em 46% dos municípios da Região, o Fundo de Aval foi idealizado pelo Banco com o objetivo de ampliar parcerias e somar recursos para favorecer o desenvolvimento local sustentável, proporcionando atendimento a segmentos produtivos que, normalmente, não têm acesso ao crédito bancário, por falta de garantia formal.

Em 1999 foram constituídos 784 Fundos de Aval junto ao Banco, que representam 84,5% do total formalizado nos dois últimos anos (927). Esse instrumento envolve recursos da ordem de R\$ 17,3 milhões, garantindo a contratação de operações no montante de R\$ 300 milhões com pequenos e microempreendedores.

Os Fundos de Aval, em sua maioria firmados com prefeituras, revelam uma nova cultura de gestão pública, em que o governo municipal investe na viabilidade econômica local, promovendo maior injeção de recursos na economia e contribuindo para redução do êxodo rural.

A partir de 1999, o Banco passou a constituir também Fundos de Aval com sindicatos, associações, cooperativas e outras entidades privadas.

AÇÕES ESTRUTURADORAS

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE DO BRASIL – PRODETUR/NE

A infra-estrutura assegurada pelo PRODETUR já apresenta dividendos significativos, tanto na melhoria da qualidade de vida das populações beneficiadas como na atração de investimentos e de visitantes.

Dos recursos da fase inicial do PRODETUR – cerca de US\$ 400 milhões – foram contratadas, em 1999, operações no montante de US\$ 371,7 milhões. Os financiamentos, somados à contrapartida local, garantem 260 obras de diferentes portes em nove Estados, algumas das quais já concluídas.

O PRODETUR já atraiu investimentos privados da ordem de US\$ 6,5 bilhões para o turismo nordestino, havendo, ainda, expectativa de mais US\$ 4,3 bilhões, para os próximos três anos. O Programa, que serve de modelo para as demais regiões, vai ser desdobrado numa segunda fase, que prevê investimentos também da ordem de US\$ 800 milhões. Os entendimentos neste sentido avançam para a formalização de um cronograma que permita a implementação do PRODETUR II.

Estima-se que o conjunto dos investimentos realizados pelo PRODETUR acrescido das inversões feitas e projetadas pela iniciativa privada resultem na criação de cerca de 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos na Região.

PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO NORDESTE

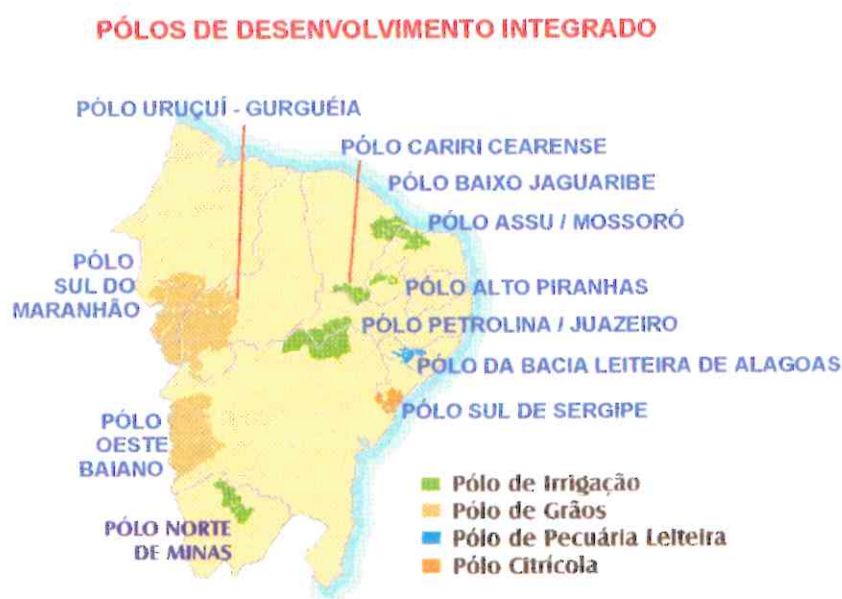
Pólos Agroindustriais

Os Pólos de Desenvolvimento Integrado são territórios socioeconômicos que apresentam dinamismo ou potencialidade, em função da existência de recursos naturais, base empresarial e tecnológica e infra-estrutura mínima centradas em torno de um eixo econômico principal. O Banco do Nordeste estruturou onze pólos, sendo cinco com eixo econômico na irrigação, três na

atividade de produção de grãos, um na produção de citros em sequeiro, um na produção de pecuária de leite e um com eixo na irrigação e turismo ecológico.

O Programa já mobilizou 415 mil pessoas e possibilitou a aplicação de R\$ 345,8 milhões pelo Banco do Nordeste em projetos produtivos nas áreas dos pólos, com a geração de 89,8 mil empregos.

Em 1999, foram adotadas duas frentes de trabalho nos pólos. A primeira está relacionada com a negociação e acompanhamento de projetos junto aos parceiros; a segunda se dá nos trabalhos de desenvolvimento local, através de mobilização e capacitação. O resultado dessas ações pode ser observado nos dados relativos ao desempenho do Programa em cada Estado.



PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

P Ó L O	População Mobilizada	Projetos em execução/ negociação	Financiamentos do Banco de 1998 a 1999 (R\$mil)	Empregos Gerados
Alto Piranhas	28.300	36	14.880	4.819
Assu-Mossoró	38.840	58	26.545	8.725
Bacia Leiteira Alagoas	35.832	42	27.017	5.992
Baixo Jaguaribe	24.330	20	31.368	9.312
Cariri Cearense(*)	4.321	-	-	-
Norte de Minas	62.400	46	27.864	7.595
Oeste Baiano	35.700	39	24.275	5.155
PETROLINA-Juazeiro	65.250	39	38.000	13.381
JUAZEIRO-Petrolina	72.000	33	42.973	15.133
Sul do Maranhão(*)	8.023	-	27.532	5.725
Sul de Sergipe	32.000	35	36.174	6.971
Uruçuí-Gurguéia	8.109	34	49.197	7.024
TOTAL	415.105	382	345.825	89.832

(*) Pólos em implantação

Pólos de Turismo

Adotando uma postura de vanguarda, o Banco do Nordeste deu início ao processo de estruturação dos Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo do Nordeste.

A estratégia está centrada na definição de uma política de turismo única para a Região e na internacionalização do destino NORDESTE, a partir da delimitação de corredores turísticos conexos e estratégicos e da implementação de programas que estimulem a atração de investimentos estruturadores, com reconhecido "poder de arrasto" ao longo de toda a Cadeia Produtiva do Turismo.

Em julho de 1999, foi instalado o Conselho de Turismo do Pólo Costa das Dunas, em Natal (RN), concebido como espaço para discussão e encaminhamento das questões estratégicas relacionadas com o desenvolvimento do setor. Até junho de 2000, serão instalados os conselhos dos Pólos de Alcântara/São Luís (MA), Delta do Parnaíba (PI), Costa do Sol (CE), Costa do Sol Nascente (PB), Costa dos Arrecifes (PE), Costa Verde (AL), Costa dos Coqueirais (SE) e Costa do Descobrimento (BA).

PROJETO MOXOTÓ / PAJEÚ

O Banco do Nordeste implementou, em parceria com o Governo Federal, projeto visando à mudança de vida e sustentação econômica de 20 municípios no Sertão do Moxotó-Pajeú, área localizada na divisa dos Estados de Pernambuco e Bahia, com população de 450 mil habitantes, grande parte envolvida em atividades ilegais.

A ação do Banco está viabilizando o desenvolvimento sustentado daquela região, focalizando as ações na estruturação das principais cadeias produtivas: piscicultura, fruticultura irrigada e ovinocaprino cultura. Somente no período de julho a dezembro de 1999, o Banco contratou 7.178 financiamentos de longo prazo para a área do Projeto, no total de R\$ 51,9 milhões, beneficiando 35,9 mil produtores.

No segmento de microcrédito, foram contratadas 6.723 operações direcionadas para o setor informal, no valor de R\$ 4,4 milhões. Paralelamente à assistência financeira, enfatiza-se a capacitação dos produtores, que alcançou, em dezembro de 1999, a marca de 10 mil agentes produtivos.

FOMENTO ÀS EXPORTAÇÕES

Integrado ao Programa Especial de Exportações (PEE) desde seu lançamento, o Banco do Nordeste prosseguiu, em 1999, organizando iniciativas destinadas a aumentar a participação regional na pauta de exportações do País. Uma delas, acatada pela direção do Programa, foi promover sua estadualização, conforme a vocação exportadora de cada Estado, mobilizando órgãos de governo, iniciativa privada e entidades representativas.

Com o Programa, o Banco do Nordeste trabalha na identificação dos entraves da iniciativa privada à exportação, mantendo articulação entre todos os atores do processo em busca de soluções que contribuam para a melhoria do desempenho empresarial. O objetivo é criar uma cultura de exportação em todo o País, incorporando novos segmentos da economia ao esforço exportador e inserindo pequenas e médias empresas no mercado internacional.

No segundo semestre, o PEE foi lançado na Bahia, Ceará e Pernambuco, devendo estender-se aos demais estados do Nordeste até o final do primeiro semestre de 2000. Foram definidas gerências temáticas e setoriais, envolvendo governo e empresários, para gerenciamento de cerca de 30 atividades com grandes vantagens competitivas e potencial exportador.

PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS

Identificar oportunidades de negócios e promover investimentos para a Região é função do Banco do Nordeste como agente promotor do desenvolvimento. Servindo de elo entre os investidores privados (nacionais e internacionais) e a economia nordestina, o Banco busca mobilizar e atrair capital, estimular parcerias empresariais, ampliar mercados e favorecer a transferência tecnológica para os empreendimentos regionais.

Cerca de 522 oportunidades de investimento e de parcerias empresariais foram identificadas pelos especialistas em promoção de investimentos do Banco do Nordeste, totalizando R\$ 9,9 bilhões em investimentos previstos para os próximos cinco anos na Região. As ações de promoção de investimentos vão desde o simples fornecimento de informações sobre a Região e os financiamentos do Banco até a procura por investidores e parceiros, no Brasil e exterior. Dentre estes casos, foram firmados investimentos da ordem de R\$ 2.940 milhões, em diversos setores da economia nordestina.

Importantes também são as articulações com os diversos níveis de governo e entidades empresariais, os contatos com representações diplomáticas e câmaras de indústria e comércio de outros países, visando estreitar relacionamento comercial com o Nordeste e estimular investimentos na Região, dentre os quais se destacam a Espanha, Alemanha, Itália, Canadá, Inglaterra e Portugal.

AÇÕES DE MEIO AMBIENTE

Em 1999, o Banco concluiu a definição de sua política ambiental, sintonizada com a política nacional de meio ambiente. Como principais resultados, lançou o Guia do Meio Ambiente para o Produtor Rural e o Manual de Impactos Ambientais, publicações voltadas para orientação dos agentes produtivos quanto à inserção da variável ambiental em seus negócios, e promoveu o I Workshop Internacional sobre Produtos Orgânicos e Mercados Verdes.

Além disso, financiou empreendimentos de agropecuária orgânica, reciclagem de resíduos sólidos, manejo florestal, reflorestamento e ecoturismo e participou de ações interinstitucionais para suporte à implementação de programas e projetos de desenvolvimento sustentado.

O Banco elaborou, em 1999, planos de ação para combate aos impactos ambientais negativos dos Pólos de Desenvolvimento Integrado e formatou o Plano Ambiental para os beneficiários do programa de crédito produtivo popular, o Crediamigo.

ESTRUTURAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS

Em 1999, o Banco criou instrumentos inovadores que permitiram incrementar a estruturação das cadeias produtivas regionais. Os Convênios e Protocolos, Farol do Desenvolvimento, Fóruns de Clientes, Equipes Técnica e de Articulação dos Pólos de Desenvolvimento Integrado, dentre outros, são exemplos de ações de grande efeito aglutinador de parcerias que se multiplicam na forma de consultorias, oficinas e treinamentos, mobilizando os responsáveis por um determinado segmento econômico a se engajarem num fluxo empresarial articulado e conseqüente.

Essas ações decorrem da constatação científica de que os problemas do setor produtivo são inter-relacionais, exigindo entendimento e ação coordenada de todos os segmentos envolvidos, para garantir competitividade, organização empresarial, articulação setorial e investimentos tecnológicos das cadeias produtivas, com vistas a melhor atender o consumidor final.

Esse trabalho tem favorecido não apenas a implantação de novas estratégias produtivas para a Região, como também a revitalização de atividades econômicas tradicionais que se encontravam em declínio.

PRESENÇA NAS COMUNIDADES

AGENTES DE DESENVOLVIMENTO

Os 480 Agentes de Desenvolvimento estão em contato direto e permanente com a comunidade, articulando o processo de desenvolvimento local nos 1.955 municípios da área de atuação do Banco. Cada um, atendendo a uma média de quatro localidades, com o objetivo de marcar a presença do Banco em todos os municípios de sua área de atuação.

Junto às prefeituras, instituições públicas e lideranças locais, o Agente de Desenvolvimento estabelece parcerias para fortalecer atividades econômicas vocacionadas, a partir da solução dos gargalos de infra-estrutura, cooperação técnica e capacitação; junto aos empreendimentos, atua na sensibilização para novas práticas empresariais, conscientização das necessidades de capacitação e investimentos, orientação para concepção de projetos e procedimentos de acesso ao crédito.

A ação capilarizada do Agente de Desenvolvimento, aliada à Agência Itinerante, possibilitou ao Banco ampliar o atendimento a seu público-alvo e fortalecer a relação sócio-político-institucional com parceiros locais, sem aumentar o número de agências.

AGÊNCIAS ITINERANTES

Essa inovação envolve o deslocamento físico de equipes das agências para disponibilizar produtos e serviços nas localidades, propiciando mais comodidade aos clientes e agilidade ao atendimento. Na Agência Itinerante, são assinados contratos com associações e cooperativas de pequenos produtores rurais, realizados treinamentos e assinados convênios para criação do Fundo de Desenvolvimento Municipal, dentre outras atividades.

Desde seu lançamento, em 1997, as Agências Itinerantes já realizaram 21.391 eventos em povoados e pequenas cidades da Região. Somente em 1999, foram 16.562 eventos, abrangendo 503.881 atendimentos.

INTEGRAÇÃO CLIENTE/EMPRESA

FÓRUM DE CLIENTES

Sob o enfoque da gestão participativa, o Fórum de Clientes funciona em todos os Estados do Nordeste, mediante reuniões de natureza consultiva, coordenadas pelos próprios clientes. O objetivo é levantar expectativas e colher sugestões visando à melhoria de produtos e serviços do Banco e lançamento de novos programas e produtos.

Em 1999, foram realizadas 38 reuniões trimestrais em todos os Estados, com 815 participações de clientes. Nos últimos três anos, foram realizadas 122 reuniões, no total de 2.327 participações.

CLIENTE CONSULTA

O Cliente Consulta constitui um serviço gratuito de orientação ao cliente, oferecendo informações atualizadas e tempestivas que orientam os interessados sobre todo e qualquer assunto relacionado com a atuação do Banco do Nordeste e seus ramos de negócios (crédito, capacitação, captação de recursos e serviços bancários).

Lançado em junho de 1997, o serviço já registrou 141.518 atendimentos, dos quais 65% representam demandas sobre negócios do Banco. Em 1999, foram prestados 36.770 atendimentos, dos quais 95,6% partiram de clientes potenciais. O serviço é responsável também pela realização de pesquisas pós-venda junto aos clientes.

CONHECIMENTO A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO

ESTUDOS E PESQUISAS

O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE desenvolve e disponibiliza estudos e pesquisas buscando conectar a produção científica às vocações econômicas regionais e estimular os setores produtivos com vistas a acelerar a geração de emprego e renda.

Em 1999, foram concluídos seis estudos setoriais nos segmentos de embalagens plásticas, indústria têxtil-malharia, fruticultura irrigada, indústria de móveis de madeira, turismo e saúde, identificados como líderes no novo ciclo de investimentos em curso na Região.

Dentre os trabalhos concluídos pelo ETENE destacam-se ainda:

- O Nordeste e as Negociações Multilaterais de Comércio: do GATT à Organização Mundial do Comércio – OMC;
- Modelos de Crises de Balanços de Pagamentos;

- A Identificação de Cadeias Produtivas e Oportunidades de Investimento no Nordeste do Brasil;
- Além das Falhas de Mercado: Irrigação, o Estado e a Agricultura Não-Tradicional no Nordeste do Brasil;
- Sistema Agroindustrial do Leite no Nordeste;
- Inovação e Competitividade na Indústria Metal-Mecânica do Nordeste;
- Inovações na Indústria de Confecções nos Estados do Ceará e Pernambuco;
- Investimentos na Indústria de Calçados nos Estados do Ceará e Paraíba;
- A Construção da Indústria de Melão em Mossoró-Assu;
- Revista Nordeste Conjuntura Econômica;
- Panoramas Setoriais; e
- Panoramas de Agronegócios.

Além do apoio a eventos técnico-científicos para difusão de conhecimento e de novas tecnologias, o Banco promoveu o Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento em conjunto com o IV Encontro Regional de Economia, em parceria com a Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia – ANPEC, com mais de 550 participantes, e apresentação de 113 *papers* científicos sobre Desenvolvimento Econômico.

Visando estimular a produção científica, o Banco editou o III Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional, premiando trabalhos científicos que oferecem grande contribuição à política de desenvolvimento do Nordeste.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em 1999, através do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI, o Banco firmou 66 convênios para apoiar financeiramente projetos de desenvolvimento tecnológico na Região, no total de R\$ 2,2 milhões. Outros 63 projetos, que demandam R\$ 2,4 milhões, estão sendo contratados.

Os projetos tratam de melhorias na agricultura, pecuária, indústria, biotecnologia, informação tecnológica, energia e meio ambiente, dentre outras.

Vale assinalar que o FUNDECI vem selecionando os projetos de pesquisa por meio de editais, através da Internet. Essa nova forma de seleção representa um avanço significativo no processo de desenvolvimento científico e tecnológico da Região, além de permitir o conhecimento detalhado da demanda por aplicações no Nordeste.

Os editais possibilitam estabelecer diretrizes e critérios que venham ao encontro das políticas e prioridades estabelecidas pelo Banco, contemplando, por exemplo, projetos em parceria com o setor produtivo ou relacionados a áreas e setores exportadores, além de atividades que incentivem melhorias e inovações.

Como nova modalidade de apoio à inovação tecnológica na Região, envolvendo a transferência de resultados de pesquisa para o setor produtivo, vale destacar o apoio do Banco a projetos de incubadoras de empresas, que nos últimos oito anos demandaram recursos do FUNDECI da ordem de US\$ 360 mil, aplicados em vários Estados.

VALORIZAÇÃO DA CULTURA REGIONAL

O Centro Cultural Banco do Nordeste busca fortalecer a identidade nordestina, trabalhando a formação de platéias para a cultura regional. Sua atuação abrange atividades dinâmicas, lúdicas e interativas, atingindo diversos públicos, de crianças a grupos da terceira idade, de estudantes a profissionais liberais, democratizando o acesso às informações e produtos culturais.

Desde sua inauguração, em julho de 1998, o Centro Cultural recebeu um público de 151,5 mil pessoas, das quais 107,8 mil no ano de 1999.

Suas atividades diárias oferecem ao público programas nas áreas de cinema e vídeo, música, teatro, museologia e artes plásticas. O Centro Cultural também realiza cursos de apreciação de arte e mantém programa de visitação de estudantes, principalmente de escolas públicas.

QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

O Banco do Nordeste ampliou o Programa de Iniciação, Qualificação e Desenvolvimento Profissional, com a estruturação, em 1999, de segmento para seleção de *trainees*, que busca atrair novos talentos com perfil abrangente em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes.

O novo programa contempla três segmentos: profissionais de nível médio oriundos de escolas técnicas, profissionais de nível superior e com nível de mestrado ou doutorado, em áreas correlatas com as atividades da empresa.

Os 398 *trainees* selecionados na primeira fase do processo, que consta de prova escrita, entrevistas e dinâmicas, ingressarão no Banco em junho de 2000. Eles cumprirão estágio que varia de 18 a 30 meses e passarão por avaliações trimestrais de aprendizagem. Ao final do estágio, poderão ou não ingressar nos quadros do Banco.

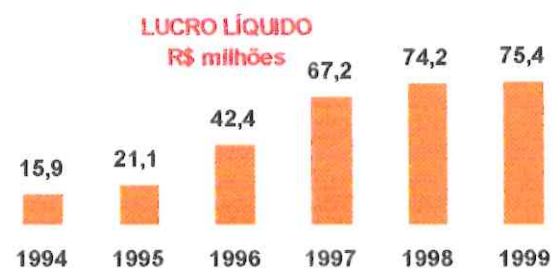
O Programa de Iniciação, Qualificação e Desenvolvimento Profissional já inclui a oferta de bolsas para estudantes de nível médio e universitários, além de estágios para menores oriundos de áreas de exclusão social.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O Banco do Nordeste obteve lucro líquido de R\$ 75,4 milhões em 1999, superando os R\$ 74,2 milhões registrados no ano anterior. Esse resultado possibilitou a destinação de dividendos no total de R\$ 18.712 mil, dos quais R\$ 10.981 mil referentes ao segundo semestre.

O ativo total alcançou R\$ 14,2 bilhões, sendo R\$ 13,4 bilhões referentes a aplicações de crédito. Cabe destacar que cerca de 91% dessas aplicações referem-se a financiamentos de médio e longo prazos para os segmentos de indústria, infra-estrutura e agropecuária.

A relação despesas administrativas/ativo total situou-se em 3,07%, mantendo a tendência decrescente experimentada a partir de 1994, quando foi de 7,9%. Nos últimos cinco anos, as despesas administrativas do Banco tiveram redução de 38,3%, caindo de R\$ 773 milhões, em 1994, para R\$ 477 milhões, em 1999. No mesmo período, as despesas de pessoal tiveram redução da ordem de 53,4%.



(*) Excluindo os aumentos de capital realizados em dezembro de 1997 e 1998, respectivamente.

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE						
ITENS	Dez/99	Dez/98	Dez/97	Dez/96	Dez/95	Dez/94
Depósitos / Empregado (R\$ mil)	271	306	254	222	156	99
Ativos / Empregado (R\$ mil)	3.716	3.036	2.137	1.549	1.070	697
Ativos / Agência (R\$ mil)	81.852	69.788	53.418	41.893	30.954	21.103
Despesas Administrativas / Ativo (%)	3,1	3,7	4,3	5,3	6,6	7,9
Ativo total (R\$ milhões)	14.242,3	12.143,2	9.294,8	7.540,8	5.571,7	4.667,4
Operações de crédito (R\$ milhões)	13.422,3	10.900,8	8.389,4	6.558,8	4.896,0	4.120,7
Operações / Ativo (%)	94,2	89,8	90,3	87,0	87,9	88,3
Operações longo prazo (R\$ milhões)	12.199,8	9.813,7	7.420,1	5.736,9	4.170,9	3.539,7
Operações curto prazo (R\$ milhões)	1.222,5	1.087,1	969,3	821,9	725,1	581,0

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Valores em Milhares de Reais

	1999	(%)
RECEITAS	3.603.001	
Intermediação Financeira	3.457.225	
Prestações de Serviços	143.222	
Não-operacionais	2.554	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.749.211)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.422.837)	
Materiais, energia e outros	(917.865)	
Serviços de terceiros	(31.001)	
Perda/Recuperação de valores ativos	(473.971)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	430.953	
RETENÇÕES	(35.332)	
Depreciação, amortização e exaustão	(35.332)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	395.621	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	395.621	100,00
Pessoal e encargos	244.871	61,90
Impostos, taxas e contribuições	70.758	17,89
Aluguéis	4.617	1,17
Dividendos	18.712	4,73
- União	5.131	1,30
- Outros	13.581	3,43
Lucros retidos	56.663	14,32

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Alinhada com o Programa de Ação Empresarial, a gestão de recursos humanos priorizou, em 1999, os novos instrumentos de gestão de conhecimento, as ações voltadas para a formação

de equipes de alto desempenho, o desenvolvimento de novas competências profissionais e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores.

Dessa forma, o Banco do Nordeste ofertou 8.100 oportunidades de treinamento, em 1999, correspondendo a 266.642 horas/aula, para um corpo funcional de 3.832 funcionários, com média de 70 horas/aula por funcionário. Nos últimos cinco anos, foram mais de 43 mil oportunidades de treinamento oferecidas pelo Banco a seus colaboradores.

Vale ressaltar que 51% dos 3.832 funcionários do Banco do Nordeste possuem curso superior ou pós-graduação, incluindo mestrado e doutorado.

RENOVAÇÃO ORGANIZACIONAL

A renovação organizacional vivenciada pelo Banco, nos últimos cinco anos, tem gerado mudanças e aperfeiçoamentos constantes nos processos de trabalho, na dinâmica organizacional e no relacionamento empresa/clientes.

Os Fóruns de Gestão, Fóruns de Clientes, Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste, Pólos de Desenvolvimento Integrado, Pólos de Turismo e Agências Itinerantes são frutos dessa renovação. Através de tais instrumentos, cujas ações se integram e se complementam, a Empresa busca responder às expectativas dos agentes produtivos e da comunidade e estreita a parceria com os demais atores do desenvolvimento local.

9. CONCLUSÃO

Com o processo da globalização e consequentemente a eliminação das fronteiras entre os países, as empresas tiveram que passar por uma série de mudanças em seus paradigmas. Estas transformações ocorreram de forma rápida e as empresas que não conseguiram se adequar à nova ordem mercadológica tiveram que fechar suas portas.

Com o acirramento da concorrência fez surgir uma gama de novos produtos e, na mesma proporção, consumidores cada vez mais exigentes por produtos de qualidade, produzidos por empresas que preservam o meio ambiente, respeitam seus funcionários, desenvolvem projetos de cunho social, ou seja, o gestor da empresa moderna deve se voltar para a prática de ações que até bem pouco tempo eram consideradas exclusivas do Estado.

E diante deste quadro de transformações, a contabilidade, como ciência produtora de informações para a tomada de decisões, teve que se adequar a estas mudanças e começasse a repensar e criar novas informações que são exigidas pelos usuários desse novo cenário.

No Brasil, não poderia ser diferente, a forma como é divulgada as informações contábeis (Lei 6.404/76) não atende mais aos diversos preceitos modernos de evidênciação. O que temos é um conjunto de demonstrativos que retratam apenas a contabilidade financeira ou tradicional, se limitando apenas aos métodos ortodoxos de informar o desempenho operacional, ou seja, a rentabilidade recursos investidos na empresa.

Mas felizmente esta postura já está mudando, temos hoje diversas empresas que tomaram iniciativa e partiram na frente, na elaboração e divulgação de novas informações que interessasse não mais a uma minoria de usuários que estavam preocupada apenas com a lucratividade. Temos na atualidade empresas divulgando informações que retratam a sua política de recursos humanos, os programas de assistência à comunidade onde esta inserida (como creches, projetos culturais, etc.), políticas de preservação do meio ambiente, dentre outros. Todo esse conjunto de informações estão sendo retratadas em um novo demonstrativo chamado Balanço Social.

O Balanço Social é formado por diversas peças e, dentre estas, existe a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, um demonstrativo que de forma simples mensura a riqueza criada pela empresa e mostra a forma como esta riqueza foi dividida: tais como os empregados, na forma de salários e encargos; o governo, na forma de impostos, taxas, etc.; acionistas, na forma de

dividendos juros sobre o capital próprio; e a parte que fica retida na empresas como lucros acumulados.

Portanto, faz-se necessário uma reformulação urgente das Leis que tratam das Demonstrações Contábeis no Brasil, principalmente a Lei 6.404/76, obrigando a divulgação de demonstrativos como a DVA, que de forma simples e transparente, evidencia a riqueza gerada pelas empresas e se está sendo distribuída de forma justa.

Levando-se em conta os princípios éticos nos quais baseia-se o regime democrático, as empresas não podem omitir-se da responsabilidade social de demonstrar sua riqueza gerada e de que forma está sendo distribuída, visando assim amenizar o quadro de miséria e injustiça social, proporcionado pela alta concentração de renda nas mãos de um pequeno estrato privilegiado da população brasileira.

10. BIBLIOGRAFIA

CARNEIRO, Guido Antônio da Silva. *Balanço Social: Histórico, evolução e análise de algumas experiências selecionadas*. Dissertação de Pos-Graduação em Contabilidade e Finanças. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV. São Paulo, 1994.

CUNHA, Aromildo Spenger da; PEROTTONI, Marco Antônio. *Balanço Social*. Anais do XV Congresso Brasileiro de Contabilidade. Vol. I. Fortaleza, 1996.

DANTAS, Wagner Viana; ABREU, Getúlio Alves de; CARVALHO, Marcelino Freitas de; MOSIMANN, Clara Pellegrinello. *O Balanço Social*. Dissertação de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP. São Paulo, 1989.

DE LUCA, Márcia M. M. *Demonstração do Valor Adicionado: do Cálculo da Riqueza Criada pela Empresa do Valor do PIB*. São Paulo: Atlas, 1998

DOS SANTOS, O Moraes/DA SILVA. *A Responsabilidade Social da Empresa: Um enfoque ao Balanço*. Brasília: CFC. Revista Brasileira de Contabilidade, Ano XXVIII – nº 118 – julho/agosto/99.

GONÇALVES, Ernesto. *Balanço Social da empresa na América Latina*. São Paulo: Pioneira, 1980.

IOB. Temática Contábil e Balanços. *Valor Adicionado Negativo: é possível?* Boletim nº 49/99.

IOB. Temática Contábil e Balanços. *Valor Adicionado: alguns Conceitos Econômicos que Ajudam a Entender a Demonstração do Valor Adicionado*. Boletim nº 08/98.

IUDICIBUS et alli. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*. Editora Atlas. 4ª edição. São Paulo, 1995.

KROETZ, César E. Stevens. *Balanço Social: uma demonstração da responsabilidade social, ecológica e gestorial das entidades*. Brasília: CFC. Revista Brasileira de Contabilidade, Ano XXVII – nº 113 – setembro/outubro/98.

MARTINS, Vinícius A. *Balanço Social: da Origem à Prática Atual*. Temática Contábil e Balanços. Boletim nºs10/11/12/99

PARMEZZA, Cláudia Meca. *Demonstração do Valor Adicionado: dois casos muito especiais*. Temática Contábil e Balanços. Boletim nº 01/99.

MARTINS, Eliseu, *Contabilidade de Custos*. Editora Atlas. 6ª edição. São Paulo, 1998.

Revista Exame. Maiores e Melhores. Julho/99

RIBEIRO, Maisa de S./LISBOA. *Balanço Social*. Revista Brasileira de Contabilidade, Ano XXVIII – nº 115 – janeiro/fevereiro/99.

SANTOS, Ariovaldo dos. CARVALHO, Nelson L. *Balanço Social, um indicador de excelência*. REVISTA EXAME, Melhores e Maiores, setembro/1997

SOUZA, Herbert de. *Betinho quer Balanço Social nas Empresas*. Artigo publicado na Folha de São Paulo, em 26.03.97. São Paulo, 1997.

SUPLICY, Marta. *Balanço social é um instrumento de cidadania*. TREVISAN, São Paulo, ano 10 – nº 115 – setembro/97.

ANEXOS

ANEXO I

PROJETO DE LEI Nº 32 DE 1999

(Do Sr. Paulo Rocha)

Cria o balanço social para
as empresas que menciona e dá outras
providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Ficam obrigadas a elaborar, anualmente, o Balanço Social:

I – as empresas privadas que tiveram cem empregados ou mais no ano anterior à sua elaboração;

II – as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados.

Art. 2º. Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Art. 3º. O Balanço Social deverá conter informações sobre:

I – A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento bruta, detalhado o total das remunerações e valor total pago a empresas prestadoras de serviço;

II – Os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antigüidade na empresa; admissões e demissões durante o ano; escolaridade,

sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores; número mensal de empregados temporários; valor total da participação dos empregados no lucro da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa; percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas-extras trabalhadas; valor total das horas-extras pagas;

III – valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;

IV – Valor dos tributos pagos, especificando cada item;

V – Alimentação do trabalhador: gastos com restaurante, tiquete- refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VI - Educação: valor dos gastos com treinamento profissional; programas de estágios (excluídos salários); reembolso de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com biblioteca (excluído pessoal); outros gastos com educação e treinamento dos empregados, destacando os gastos com os empregados adolescentes; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VII – Saúde dos empregados: valor dos gastos com planos de saúde; assistência médica; programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VIII – Segurança no trabalho: valor dos gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;

IX – Outros benefícios: seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só o custo); gastos com atividades recreativas; transportes; creches e outros benefícios oferecidos aos empregados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

X – Previdência privada: planos especiais de aposentadoria; fundações previdenciárias; complementações; benefícios aos aposentados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XI – Investimentos na comunidade: valor dos investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública,

saneamento, assistência social segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII – Investimentos em meio ambiente: reflorestamento; despoluição; gastos com introdução de métodos não-poluente e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

§ único: Os valores mencionados no Balanço Social deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa.

Art. 4º. As empresas mencionadas no artigo 1º. deverão dar publicidade ao seu balanço social, na forma do artigo 7º e 8º. desta lei, até o dia 30 de abril de cada ano.

§ único: As empresas que são obrigadas a publicar balanço patrimonial e financeiro seguirão os prazos previstos na legislação específica, e farão publicar o Balanço Social juntamente com aquele.

Art. 5º O Poder Executivo poderá utilizar-se das informações do Balanço social das empresas com vistas à formulação de políticas e programas de natureza econômico- social, em nível nacional e regional.

Art. 6º É facultada às empresas não mencionadas nos incisos I e II do artigo 1º a apresentação do balanço social.

Art. 7º O Balanço Social será afixado na entrada principal dos estabelecimentos da empresa nos seis primeiros meses da sua divulgação.

Art. 8º É garantido o acesso e divulgação do Balanço Social aos empregados da empresa e às autoridades e órgão governamentais e do Legislativo, sindicatos, universidades e demais instituições públicas ou privadas ligadas ao estudo e à pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

Art. 9º As obrigações contidas na presente lei não substituem quaisquer outras obrigações de prestação de informações aos órgãos públicos anteriormente estabelecidas pela legislação.

Art. 10 As empresas que não atenderem ou fraudarem, no todo ou em parte, ao disposto na presente lei, ficarão impedidas de participar de licitação e contratos da

Administração Pública, de se beneficiar de incentivos fiscais e dos programas de crédito oficiais e serão sujeitas à multa pecuniária no valor a ser definido pelo Executivo, que será dobrada em caso de reincidência.

§ Único: O Poder Executivo deverá dar publicidade das empresas que não cumprirem o disposto no artigo 1º ao final de cada exercício.

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da sua publicação, dispondo sobre as medidas necessárias à sua plena eficácia, inclusive sobre os critérios de fiscalização e os órgãos competentes ao seu fiel cumprimento.

Art. 12 Esta lei entra em vigor no exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Um dos consensos mundiais neste final de século, expressado inclusive na Cúpula do Desenvolvimento Humano de Copenhague/95, diz respeito ao compromisso das empresas de se empenharem na promoção do desenvolvimento social.

Nas últimas décadas, assiste-se a uma crescente preocupação das empresas, no Brasil e em todo o mundo, em realizar investimentos que contribuam para a qualidade de vida de seus trabalhadores e da comunidade onde a empresa se insere.

Em nosso país, medidas de diferentes naturezas (incentivos fiscais, por exemplo) já têm sido tomadas com o intuito de estimular tais práticas.

Amplia-se a consciência sobre a responsabilidade de preservação do meio ambiente e da viabilidade de aplicação de parte dos lucros auferidos, em programas ou projetos que beneficiam não só os trabalhadores e trabalhadoras da empresa, mas também outros setores sociais.

Ao mesmo tempo, novos contextos marcam o mundo do trabalho, tais como a diminuição do trabalho assalariado, aumento da participação feminina e processos de reconversão tecnológica. Novos mecanismos de negociação entre empregados e

empregadores são estabelecidos e se consolida, dada dia mais, a necessidade de maior visibilidade de indicadores desses contextos.

Acrescer a obrigatoriedade de elaboração do Balanço Social é responder a uma demanda de prestação de contas formal dos indicadores desses contextos.

Registre-se que desde 1997 é obrigatória, na França, a elaboração do Balanço Social das empresas, com grande detalhamento dos padrões de atendimento aos trabalhadores.

Trazendo o debate para o Brasil, este tema mereceu a atenção de Herbert de Souza, o Betinho, que propôs que fossem incluídas no Balanço Social novas dimensões, incorporando os investimentos das empresas na comunidade externa à empresa (Folha de São Paulo, 26.03.97), tendo as deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, apresentado projeto de semelhante teor na última legislatura sob o nº 3.116. Embora não tenham sido reeleitas para esta legislatura, a importância da questão continua a exigir regulamentação, razão pela qual estou reapresentando o tema.

Apresentá-los numa só peça demonstrativa contribuirá para identificar o perfil social das empresas. Não gera novos encargos, nem novas cláusulas sociais, apenas expõe a realidade.

Elaborar o Balanço Social é um estímulo à reflexão sobre as ações das empresas no campo social. O Balanço Social estimulará o controle social sobre o uso dos incentivos fiscais ou outros mecanismos de compreensão de gastos com trabalhadores. Ajudará na identificação de políticas de recursos humanos e servirá como parâmetro de ações dos diferentes setores e instâncias da empresa, no campos das políticas sociais.

Além disso, contribuirá, fundamentalmente, como encorajamento à crescente participação das empresas na buscas de maior desenvolvimento humano e vivência da cidadania.

Sala das Sessões.

Deputado Paulo Rocha PT/PA